

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA PAULA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
GABRIELI TRINTINI DA SILVA
IVANILDO MELQUIADES DA SILVA
LORRANY DA SILVA SABOIA

**TERCEIRO SETOR: DILEMAS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELO SERVIÇO SOCIAL
NAS INSTITUIÇÕES DO 3º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**

DUQUE DE CAXIAS – RJ

2018

ANA PAULA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
GABRIELI TRINTINI DA SILVA
IVANILDO MELQUIADES DA SILVA
LORRANY DA SILVA SABOIA.

**TERCEIRO SETOR: DILEMAS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELO SERVIÇO SOCIAL
NAS INSTITUIÇÕES DO 3º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Erica Silva de Oliveira.

DUQUE DE CAXIAS - RJ

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE/BIBLIOTECA - UNIGRANRIO

O48t Oliveira, Ana Paula Teixeira de.
Terceiro setor: dilemas e desafios enfrentados pelo serviço social no terceiro distrito do município de Duque de Caxias / Ana Paula Teixeira de Oliveira, Gabrieli Trintini da Silva, Ivanildo Melquiades da Silva, Lorrany da Silva Saboia. – 2018.
85 f. : il. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.
“Orientadora: Prof.^a Erica Silva de Oliveira”.
Bibliografia: f. 75-82.

1. Serviço social. 2. Terceiro setor. 3. Políticas sociais. I. Silva, Gabrieli Trintini da. II. Silva, Ivanildo Melquiades da. III. Saboia, Lorrany da Silva. IV. Oliveira, Erica Silva de. V. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy. VI. Título

CDD – 361.3

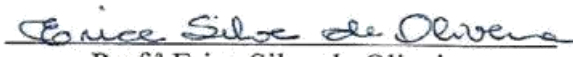
ANA PAULA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
GABRIELI TRINTINI DA SILVA
IVANILDO MELQUIADES DA SILVA
LORRANY DA SILVA SABÓIA

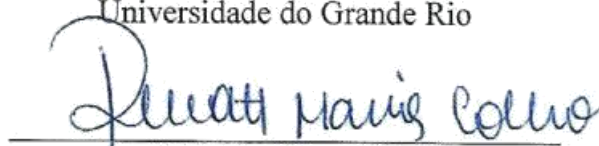
**TERCEIRO SETOR: DILEMAS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELO
SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DO 3º DISTRITO DO MUNICÍPIO
DE DUQUE DE CAXIAS**

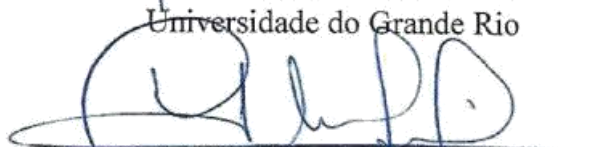
Monografia apresentada ao
Curso de Serviço Social da
Universidade do Grande Rio
Prof. José de Souza Herdy,
como parte dos requisitos
parciais para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado com grau A.O.R. (Dez) em 29 de novembro de 2018.

Banca Examinadora:


Prof.^a Erica Silva de Oliveira
Universidade do Grande Rio


Prof.^a Renata Maria Coelho
Universidade do Grande Rio


Prof. Adriano Pereira Basilo de Oliveira
Universidade do Grande Rio

Dedicamos este trabalho a todos os professores envolvidos em nossa formação, e aos nos familiares e amigos por todo o apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as bênçãos que realizou na minha vida, pelos obstáculos vencidos, pelas alegrias conquistadas, pelos anos de sustentação nesta caminhada acadêmica dos quatro anos de conclusão de curso, pelo sonho realizado em conquistar a minha graduação.

Agradeço aos meus pais Sila Santos e Marli Santos, por me darem apoio nestes anos acadêmicos, para realizar esta conquista e transformar os sonhos deles em realidade em me torna a primeira graduada da minha família, obrigada pelo incentivo que me deram nesta caminhada chamada conhecimento.

Agradeço ao meu marido Ailton Alves, pelo momentos de ansiedade que ele aturou da minha parte e sempre me acalmando, elucidando sua paciência e tranquilidade para me manter focada no desenvolvimento do meu conhecimento, e não me deixando desanimar nas ocasiões de nervosismos, pelo amor dedicado em cada instante que mais precisei durante a minha graduação, estando presente na alvorada realizando as conclusões dos trabalhos que deveriam ser entregues e nos entardecer no âmbito de estar estudando para as provas, mesmo quando dizia para descansar, sempre estive ao meu lado para me apoiar.

Agradeço aos meus companheiros de monografia a Gabrieli por toda a sinceridade em todos os nossos momentos e sempre nos alegrando com seu jeito amável com todos, ao Ivanildo que quando estávamos nos desesperando ele vinha com seu jeito alegre nos fazendo sorrir e dizendo que tudo vai dar certo, a Lorrany que com o seu jeitinho de menina manhosa trouxe para o grupo o frescor da alegria contagiante para os nossos dias de trabalho e estudos.

Agradeço aos mestres pelos ensinamentos compartilhados nesses anos, principalmente a professora Mônica Ramos que além de ser uma excelente mestra ainda nos passou a realidade que enfrentaremos nos nossos dias de atuação profissional, a professora Érica Silva que atuou com maestria em nossa orientação com paciência sempre, ao professor Diego que nos orientou em nosso primeiro momento, professora Rosane de Souza que foi uma mestra tanto da academia quanto do grupo de pesquisa NUPEGRES, a professora Lisis Fernandes uma ótima socióloga, ao professor Adriano Oliveira que em sua atuação como coordenador do curso atuou na gestão proporcionando conquistas para o curso de Serviço Social.

Agradeço as supervisoras de campo Aline Alves e Jossiléa Barcellos pelo grande aprendizado perante a estas IV fases e a toda equipe do Serviço Social do HMMRC, por ter contribuído para amplitude do meu conhecimento.

Ana Paula Oliveira

Agradeço a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse e por tudo que me proporcionou e aos bons espíritos que me protegem e orientam. Agradeço à minha família, em especial a minha mãe, Maria da Penha Trintini, por tornar esse sonho realidade, por me dar todo o apoio no que precisei durante toda minha vida e ao meu pai, Ary Belizário, por nos dar todo amparo durante os quatro anos de curso.

Agradeço aos meus amigos por toda paciência que tiveram comigo, por entenderem minha ausência e meus surtos ao longo desses quatro anos, em especial ao meu amigo Flávio Duncan por todo incentivo e carinho que sempre teve por mim, e por ser meu padrinho de formatura.

Agradeço aos meus amigos e companheiros desta monografia por abraçarem junto comigo este projeto e ter toda paciência; agradeço a Paula por ser sempre mãezona e sempre se preocupar com todos, levarei sua amizade por toda vida, agradeço a Lorrany por trazer sempre essa espontaneidade e simplicidade que carrega no coração, e agradeço também ao meu amigo Nildo por esses quatro anos sendo meu parceiro e me aturando.

Agradeço a todos os professores pelo ensinamento passado da forma mais majestosa ao longo de toda graduação, em especial a minha querida professora e orientadora Érica Silva por toda paciência e dedicação em nos orientar da melhor maneira possível, nos atendendo inclusive nos finais de semana e feriados. Agradeço aos Assistentes Sociais envolvidas na pesquisa, que dispuseram de tempo e paciência para nos atender e nos orientar neste trabalho.

Gabrieli Trintini

Agradeço primeiramente a Deus e aos meus pais, Jairo Evangelista e Nilva Melquiades por ter me proporcionado todo apoio, psicológicos e financeiros, não sou orgulho da família tradicional brasileira, porém sou o orgulho destas duas pessoas que me proporcionaram educação, caráter e me ensinaram a nunca desistir diante dos obstáculos que aparecem no meu caminho.

Neste mesmo momento eu agradeço a todos familiares que me apoiaram nesta conquista, as minhas amigas de TCC Gabrieli, Lorrany e Paula, por estes quatro anos que passamos por bons e maus momentos sempre estando juntos. Agradeço também a duas pessoas que me incentivaram a realizar este sonho de me graduar o Flávio Duncan e Assistente Social Gilza Cardoso, aos grandes mestres que estiveram presentes em toda a minha caminhada acadêmica em especial Marina Amoedo, Erica Silva, Diego Rivas, Monica Ramos, Rosane Ferreira, Lisis Fernandes Brito de Oliveira e Adriano Oliveira.

“Ao longo de nossa vida passamos por inúmeros desafios e, muitas vezes, infelizmente, podemos acabar nos envolvendo em sentimentos de desânimo que nos impedem de superar os obstáculos e de seguir em frente, na busca de nossa felicidade. Contudo, não devemos jamais desistir da vida, mesmo diante das adversidades do caminho, que são oportunidades de aprendizado que a misericórdia divina nos apresenta. Por mais que as coisas estejam difíceis e a solução dos problemas pareça impossível, resistir ao desespero!
(José de Paiva Netto) ”

Contudo não posso deixar de me recordar de todos os amigos que ficaram pelo caminho e não realizaram este sonho de concluir sua graduação, porém a amizade conquistada neste decorrer dos anos acadêmicos serão laços estreitados para levar no grande percurso da vida.

Ivanildo Melquiades

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e saúde para enfrentar as dificuldades apresentadas durante este percurso, pela minha vida, família e amigos que tenho.

Agradeço minha família, em especial minha mãe Lindinalva Pessoa, por ter me ajudado e contribuído para a realização deste sonho, mesmo com muitos obstáculos fez e faz de tudo por mim. Ao meu pai Leoncio Saboia, que partiu há 11 anos, mas que me deixou muitos ensinamentos e contribuiu para eu ser a pessoa que sou hoje.

Obrigada aos meus companheiros de monografia por todo empenho e esforço para que esse projeto fosse concluído, a Paula por nos cuidar, dar bronca quando necessário, por ser tão dedicada e amorosa, a Gabrieli por ser sempre sincera e confiante não nos deixando desistir de nenhuma ideia, ao Nildo, que com seu jeito irreverente e bem-humorado tornou mais leve este processo, que é tão estressante, com certeza irei levá-los para sempre em meu coração.

Aos colegas de turma e aos meus amigos, que estiveram ao meu lado e muitos ajudaram. Agradeço aos professores, a cada um que tanto contribuiu para minha formação.

Em especial aos professores orientadores Diego Rivas, que nos orientou na primeira fase, obrigada por toda dedicação e paciência e a professora Erica Silva, nossa orientadora da segunda fase, obrigada por todo apoio, orientação e confiança.

A Universidade Unigranrio pela oportunidade de fazer o curso e por todo suporte.

A todos que fizeram parte direta ou indiretamente da minha formação, o meu muito obrigada.

Lorrany Saboia

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”

(Karl Marx)

RESUMO

Esta monografia buscou discutir a atuação do Serviço Social frente às expressões da Questão Social identificadas no 3º distrito do município de Duque de Caxias. Observou-se um crescimento no que tange a atuação do Terceiro Setor, sendo um assunto discutido e necessário a ser discutido na atualidade, onde nos deparamos com o desmantelamento dos direitos conquistados através de lutas dos trabalhadores. Neste cenário de desemprego estrutural, temos percebido que o emprego nos setores públicos se encontra cada vez mais escassos, o que tem levado os Assistentes Sociais, a buscar no terceiro setor seu espaço sócio-ocupacional. Frente às inquietações que a temática apresenta, realizamos uma pesquisa com o intuito de entender a atuação profissional, os limites e possibilidades que permeiam o cotidiano profissional, bem como os enfrentamentos no que tange às diversas expressões da questão social neste espaço de trabalho. Portanto, este trabalho tem como mote revelar as particularidades que envolvem o fazer do profissional de Serviço Social no Terceiro Setor e também em sua totalidade compreender como o assistente social tem enfrentado as diversas expressões da questão social nesse cenário do Terceiro Setor das instituições no 3º distrito do município de Duque de Caxias no qual tem sofrido com o processo de precarização das políticas sociais.

Palavras-chaves: Questão Social, Terceiro Setor, Políticas Sociais, Serviço Social.

ABSTRACT

This monograph sought to discuss the performance of the Social Service in front of the expressions of the Social Question identified in the 3rd district of the municipality of Duque de Caxias. There has been a growth in the performance of the Third Sector, being a subject discussed and necessary to be discussed at the present time, where we are faced with the dismantling of the rights conquered through struggles of the workers. In this scenario of structural unemployment, we have noticed that employment in the public sectors is increasingly scarce, which has led the Social Workers to seek their socio-occupational space in the third sector. Faced with the concerns that the theme presents, we carried out a research with the purpose of understanding the professional performance, the limits and possibilities that permeate the professional daily life, as well as the confrontations regarding the various expressions of the social question in this space of work. Therefore, this work has as a motto to reveal the peculiarities that involve the Social Work professional in the Third Sector and also in its totality to understand how the social worker has faced the diverse expressions of the social question in this scenario of the Third Sector of the institutions in the 3rd district of the municipality of Duque de Caxias in which it has suffered from the process of precarious social policies

Keywords: Social Issues, Third Sector, Social Policies, Social Service.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ART - Artigo

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO - Cadastro Único

CAPS - Centros de Atenção Psicossocial

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio Serviço Social

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social

CEMPRE - Cadastro Central de Empresas

CENTRO POP - Centro Especializado em Pessoas em Situação de Rua

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF - Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

CRAS - Centro Referência Assistência Social

CREAS - Centro Referência Especializado Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IBGE - Instituto Brasileiro Geografia Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

KM – Quilômetro

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento

MP – Ministério Público

NOB - Norma Operacional Básica

ONG - Organizações Não Governamentais

OS - Organizações Sociais

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCS – Programa Comunidade Solidária

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNP - Programa Nacional de Publicização

PPA - Plano Plurianual

PPD - Pessoa Portadora de Deficiência

PUC - Pontifícia Universidade Católica

RH – Recursos Humanos

SMASDH - Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – O PROBLEMA	19
1.1. Apresentação do Problema	19
1.2. Relevância do Estudo	23
1.3. Objetivos	25
1.3.1. Objetivo Geral	25
1.3.2. Objetivo Específico	25
CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA	26
2.1. A Categoria Questão Social	26
2.2. A Profissão Serviço Social no Brasil	31
2.3. A Política de Assistência Social no Brasil: Marco Jurídico	37
2.4. O Crescente Aumento da Oferta do Terceiro Setor	44
2.5. A Atuação do Assistente Social no Terceiro Setor	50
2.6. A Oferta dos serviços de Assistência Social no Município de Duque de Caxias	54
CAPÍTULO III – PESQUISA DE CAMPO	60
3.1 Metodologia	60
3.2 Método	60
3.3 Tipo de Pesquisa	61
3.4 Universo / Amostra	62
3.5 Instrumento / Procedimento	62
3.6 Análise de Dados	64
3.6.1 Eixo I – As principais expressões da questão social, que são objetos de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias	65
3.6.2 Eixo II – A intervenção do trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias	66
3.6.3 Eixo III – As possibilidades de intervenção do trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias	68

3.6.4 Eixo IV – Os limites de intervenção do trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias	69
3.6.5 Eixo V – Acerca das estratégias que podem ser adotadas pelos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias, diante dos limites existentes na contemporaneidade	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	75
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	83
ANEXO.....	84

INTRODUÇÃO

A monografia teve como intuito buscar a compreensão, bem como o aprofundamento do trabalho desenvolvido por Assistentes Sociais nas instituições do Terceiro Setor no 3º Distrito do Município de Duque de Caxias. Essa inquietação por parte dos autores se deu devido ao envolvimento dos mesmos, em seus campos de estágio, diretamente com o Terceiro Setor, buscando compreender como se dá a atuação do Assistente Social no Terceiro Setor, que é um espaço que se coloca tão contrário ao Serviço Social.

[...] Esse Terceiro Setor (o Estado é o primeiro e o mercado é o segundo) é “composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, nem âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato, e expandindo seu sentido para outros domínios, graças sobre-tudo à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, 1997, p. 27)

O Terceiro Setor é formado por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público, atuando em prol do bem comum e da cidadania. Atualmente no Brasil, nos deparamos com crises nos contextos político, econômico e social, que tem gerado uma desaceleração na economia, acarretando em vários problemas sociais, não só no Brasil, como em diversos outros países. Identifica-se que o governo brasileiro diminui os investimentos nas políticas públicas, o que acaba por acarretar uma abertura de espaço para a atuação do Terceiro Setor, este com o intuito de suprir a ausência das políticas sociais destinadas aos cidadãos brasileiros.

No Capítulo I a monografia tratou acerca do problema pesquisado, revelando as inquietações dos autores sobre a temática, bem como a apresentação do mesmo, revelando o local a ser pesquisado e as razões que levaram a escolha do 3º distrito do município de Duque de Caxias. Também são expostos os objetivos gerais e específicos que a pesquisa abrangeu na atuação do Terceiro Setor no 3º distrito do município de Duque de Caxias, bem como a relevância do estudo em níveis acadêmico, social e institucional.

No Capítulo II tratou-se da Revisão de Literatura, os autores buscaram resgatar a história da Assistência Social no Brasil, desde seu surgimento em 1930, até a gênese da profissão. Neste contexto, abordou-se também a categoria questão social, onde se abrangeu as suas diversas expressões, tomando por base as discussões dos autores de referência. Foi resgatada a historicidade no que se refere ao Terceiro Setor, bem como o seu crescimento ao longo dos anos, como se deu o surgimento no Brasil e os motivos que levaram ao aumento destas instituições, tratamos também sobre a atuação do Assistente Social frente ao crescimento do Terceiro Setor, seus limites e possibilidades de intervenção, fazendo a discussão com os autores

de referência e a discussão acerca da organização da Assistência Social no município de Duque de Caxias.

No Capítulo III apresentamos a metodologia, que buscou realizar uma análise da compreensão, bem como o aprofundamento nas questões que envolvem a atuação do Assistente Social nas instituições do Terceiro Setor do 3º Distrito do município de Duque de Caxias, discutimos o método utilizado para pesquisa, que na monografia em questão foi o dialético-crítico, embasado na teoria social crítica de Marx. Neste capítulo tratou-se do tipo da pesquisa, que no caso este estudo parte do caráter exploratório e bibliográfico, buscou-se aproximar as referências teóricas da prática profissional dos Assistentes Sociais nas instituições envolvidas na pesquisa.

Entretanto dentro deste mesmo capítulo, foram apresentadas as falas das entrevistadas, realizando a discussão com os autores de referência nos problemas abordados ao longo da monografia, buscando responder ao questionamento que originou a pesquisa em tela. Na pesquisa de campo onde se deu a coleta de dados, foi realizada a entrevista semiestruturada, que segundo a autora Minayo (1994), esse modelo de entrevista permite fazer uma combinação de perguntas abertas e fechadas que proporciona ao entrevistado uma possibilidade de desenvolver, acerca da temática proposta, com mais liberdade.

Foram realizadas entrevistas com duas Assistentes Sociais de instituições pertencentes ao 3º distrito do município de Duque de Caxias, mediante roteiro semiestruturado, com o objetivo de compreender a prática profissional do Serviço Social no Terceiro Setor, buscando identificar as demandas, atribuições e respostas que possibilite ao enfrentamento da expressão da questão social verificadas no espaço pesquisado.

Durante o processo de entrevista, foram tomados os devidos cuidados éticos, como o direito de recusa do entrevistado em responder à pergunta proposta ou interromper a entrevista a qualquer momento, evitando qualquer tipo de situação que viesse a gerar constrangimento ao profissional envolvido. Garantiu-se também, ao entrevistado, o anonimato durante a entrevista, fazendo uso do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

É importante destacar, que inicialmente foi proposto construir este estudo trabalhando com cinco instituições do Terceiro Setor pertencentes ao 3º distrito do município de Duque de Caxias, mas, infelizmente não foi possível, em virtude das dificuldades que permearam as instituições.

Nesta monografia foi possível identificar as inquietações que levaram a escolha do campo empírico, bem como a historicidade de questões relacionadas à Assistência Social e ao

papel do Assistente Social frente às políticas sociais, o que nos leva a compreender o posicionamento do Estado, integrado no surgimento e implementação das políticas sociais, legitimando as práticas do Terceiro Setor na sociedade atual, bem como a compreensão do posicionamento dos profissionais envolvidos diante a gestão que envolve o Terceiro Setor, buscando compreender os limites e possibilidades impostos a estes profissionais e como os mesmos se posicionam.

Capítulo I - O Problema

Qual é a atuação do Serviço Social nas Instituições do Terceiro Setor do 3º Distrito do Município de Duque de Caxias frente às expressões da questão social?

1.1 Apresentação do Problema

Esse problema de pesquisa surge devido à aproximação dos autores com as políticas de assistência social e saúde durante as experiências de estágio em Serviço Social. Nos espaços sócios ocupacionais em que atuamos, tivemos contato com o chamado Terceiro Setor, seja diretamente inserido nas instituições, ou articulando-se com a rede.

Dentro das organizações que fazem parte do Terceiro Setor temos: instituições filantrópicas vinculadas à Igreja, onde seu sustento é realizado através de doações, Organizações Não Governamentais – ONG, que estabelecem parcerias e convênios com as instituições privadas e com o poder público, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, e Organizações Sociais – OS, que presenciamos na área da saúde.

De acordo com Montaña (2008) o desenvolvimento do chamado Terceiro Setor decorre das sensíveis alterações das modalidades de resposta às sequelas da questão social. Temos como exemplo, as Organizações Sociais que estão gerindo cada vez mais as instituições hospitalares, e as ONG's que passam a ofertar serviços que deveriam ser providos pelo Estado. Vemos com tudo isso, que a detenção das gestões que deveriam ser públicas no âmbito social passa a ser administrado pelo Terceiro Setor, ausentando o Estado de suas responsabilidades quanto aos direitos sociais, repassando desta forma para o controle do Terceiro Setor no que diz respeito às políticas públicas.

Contrapondo aquilo que aprendemos durante a graduação em Serviço Social, observamos que no âmbito do Terceiro Setor, a atuação do Assistente Social ocorre de forma imediatista em alguns momentos, sem um devido aprofundamento nas expressões da questão social, o que acaba por caracterizar um assistencialismo, além de observar diversas atividades que fogem da atuação do Assistente Social e que deveriam ser realizadas por um profissional administrativo dentro das instituições.

Através dessa experiência, foi despertado o interesse no que tange ao papel do Terceiro Setor e o trabalho do Assistente Social, visto que o profissional está subordinado de forma indireta às forças do capitalismo, em virtude que nesses espaços a maioria dos profissionais de Serviço Social são contratados pelo regime Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou

contratos por tempo determinados, desta forma o Assistente Social é levado a atender as demandas trazidas pela sociedade, tendo como base os princípios e diretrizes do Código de Ética Profissional e as legislações vigentes, e garantir também que não ocorra um conflito junto ao empregador, tendo em vista, que o assistente social também pertence à classe trabalhadora, conforme afirma Carvalho e Iamamoto.

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial - e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações da classe que compartilham o poder de Estado em conjunturas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. (CARVALHO, IAMAMOTO, 2007, p. 77)

Segundo a autora Carvalho (2014), não há uma data específica para o surgimento do Terceiro Setor no Brasil. Contudo existe autor que retrata este surgimento a partir das primeiras instituições com fins filantrópicos e organizações sem fins lucrativos, mediante a esta colocação do autor Fernandes (1994), o surgimento das primeiras organizações ocorreu com a criação da Santa Casa de Misericórdia de Santos, em 1543 em meados de século XX, ainda no período de colonização do Brasil, com características baseadas na assistência, saúde e educação regidas pela Igreja Católica, com iniciativas de caridade e filantropia. Este se caracteriza um dos primeiros momentos do Terceiro Setor.

[...] o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, 1994, p. 127 e 128)

De acordo com Montañó (2008), no contexto atual, podemos observar o crescimento do Terceiro Setor, trazendo assim uma relevância na discussão da temática, associada ao crescimento do capitalismo e a ausência do poder do Estado no atendimento às demandas trazidas pela sociedade civil.

Segundo o Instituto Brasileiro Geografia Estatística (IBGE), no ano de 2002, o primeiro levantamento sobre o setor sem fins lucrativos realizado com dados oficiais no Brasil, utilizou como referência o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE que cobre o universo das organizações inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Um dos destaques foi que, entre 1996 e 2002, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos cresceram 157%, passando de 105 mil para 276 mil. No mesmo período, o número de pessoas

trabalhando no Terceiro Setor passou de um milhão para 1,5 milhão de trabalhadores, registrando, um aumento de 50%.

Com a ascensão do sistema capitalista, com o Estado a favor dos grandes investimentos visando atender as necessidades do capital, podemos destacar a redução nos investimentos na área das políticas públicas, como fator determinante a abrir espaço para as organizações de iniciativa privada que acaba prestando um serviço de caráter público.

Segundo Andrade (2015) desde sua concepção o Terceiro Setor vem sofrendo uma ascensão dentro das instituições, como resposta do governo para suprir as demandas da população, estas organizações estão se tornando uma extensão para a manutenção das políticas sociais.

A parceria entre o Estado e o ‘Terceiro Setor’ tem a clara função ideológica de encobrir o fundo, a essência do fenômeno, ser parte da estratégia de reestruturação do capital, e feiticizá-lo em ‘transferência’, levando à população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo. (MONTAÑO, 1999, p. 27)

Perante a percepção do neoliberalismo no Brasil, que se suscitou no governo do presidente Fernando Collor de Mello no ano de 1990 e tem seu ápice com o presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC em 1995, na visão de ambos os presidentes diante desta lógica neoliberal é o avanço para o capitalismo e diminuição para os investimentos sociais. Neste mesmo patamar da política econômica no país e o grande poder ideológico repercutiu em uma grande influência e consequências para os agravamentos das desigualdades sociais, a classe menos favorecida sofre com esta repercussão do neoliberalismo no país onde está classe trabalhadora tende-se a suportar os desmantelamentos que são as consequências colocadas pela política econômica liberal, com o repasse dos mínimos sociais diante da política do Estado emergente.

Algumas consequências desta forte influência neoliberal para o Brasil em prol dos agravamentos das expressões da questão social vivenciada no país, é demonstrado com o índice do IBGE (2018) o quantitativo de desempregados no Brasil atingiu 12,2% no trimestre encerrado em janeiro de 2018. Isso significa que 12,7 milhões de pessoas estão desempregadas no país, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

Com os desmantelamentos das políticas e direitos sociais que emergem com o neoliberalismo na atualidade estão sendo vivenciados pela sociedade brasileira, mediante estas exacerbações o Assistente Social é chamado para atuar diante destas demandas que surgiu

perante a classe trabalhadora, contudo diante do exposto pelo Estado o Serviço Social em sua atuação tem em seu âmbito criar estratégias para atender as expressões da questão social que emergem com o avanço do capitalismo.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas-sociais – a depender da correlação de forças das classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise [...] prevalecendo o [...] referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. Sendo esta última estabelecida não como compartilhamento de poder entre as esferas públicas, mais como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas [...]. (BEHRING e BOSCHET, 2011, p. 156)

Diante de todas as colocações dos autores deste trabalho, o Terceiro Setor no ritmo do capital tem tido a sua extensão no viés do Estado, em cada localidade do território brasileiro se torna perceptível à atuação em cada ambiente que deveria ser de responsabilidade pública. A omissão do Estado junto às políticas públicas e o avanço do Terceiro Setor atuando de forma latente nas demandas sociais, este trabalho vem se debruçar sobre essa temática, onde definimos como campo empírico da pesquisa, as instituições do Terceiro Setor do 3º distrito do município de Duque de Caxias¹ que possuem em seu quadro de recurso humanos assistentes sociais.

Os autores optaram pela pesquisa ter sido realizada nas instituições do Terceiro Setor que pertencem ao 3º distrito do município de Duque de Caxias devido a composição dos Assistentes Sociais em seu quadro sócio ocupacional, levou-se em consideração a proximidade de um dos autores com a localidade.

O 3º distrito do município de Duque de Caxias é composto das seguintes instituições: 1. Associação Educacional Homens de Amanhã – BETEL, 2. Lar Beneficente Amar, 3. Lar Beneficente Arco Íris, 4. Fundação Beneficente Evangélica Jesus de Nazaré e 5. Grupo Espírita Consolador Prometido.

Entretanto a pesquisa será baseada nas instituições: 1. Associação Educacional Homens de Amanhã – BETEL, localizada no bairro de Nova Campina, 2. Lar Beneficente Amar, localizado no bairro de Parque Paulista, as demais instituições pertencentes ao 3º distrito do município de Duque de Caxias desistiu da participação ao longo da pesquisa, sem justificativa.

¹O município de Duque de Caxias é dividido territorialmente em quatro distritos, entretanto a pesquisa estará contemplando o 3º distrito do município de Duque de Caxias que é composto dos seguintes bairros: Barro Branco, Imbariê, Jardim Anhangá, Nova Campinas, Parque Paulista, Santa Cruz da Serra, Parada Angélica, Parada Morabi, Parque Equitativa, Santa Lúcia e Taquara.

1.2 Relevância do Estudo

Deste modo consideramos ser relevante a pesquisa, no que tange ao papel do Assistente Social nas instituições do Terceiro Setor, visto o crescimento da área mediante a ofensiva neoliberal numa fase de capitalismo monopolista e financeiro. Neste espaço sócio ocupacional o Assistente Social cotidianamente se depara com os limites impostos pela instituição e necessita criar estratégias para o seu atendimento, para sua intervenção junto à população usuária mediante as expressões da questão social, emergentes na sociedade civil.

Tendo em vista que o Terceiro Setor vem para suprir uma demanda do Estado frente às expressões da questão social, detendo-se a atender a sociedade, o governo em prol desta articulação retira sua responsabilidade perante a população e justifica este seu afastamento criando uma alienação nestes cidadãos que suas reivindicações estará sendo atendida por estas instituições, mediante a este processo neoliberal o Terceiro Setor precisa de um profissional que atue frente às necessidades emergentes e neste ato entra o Assistente Social para viabilizar a concessão de direitos frente às demandas que emergem nesta sociedade civil.

A importância dessa pesquisa, acerca do Terceiro Setor, deve-se ao crescimento do mesmo, em comparação a ausência das políticas públicas, bem como o repasse que o Estado deveria efetuar para a manutenção das mesmas.

Dentro do chamado “terceiro setor” são raras as propostas de superação do capitalismo (para não falar inexistentes). Não é, portanto, ‘alternativa’ ao sistema, porém o terceiro setor coloca-se diferente do Estado e da empresa privada, mas dentro (e sem questionar os fundamentos) do sistema capitalista. (MONTAÑO, 1999, p. 69)

Todavia, o avanço do sistema capitalista que assola a população brasileira, tem contribuído para a intensificação das expressões da questão social, que se encontram cada vez mais acentuada, visto que o Estado em sua proposta atual fragmenta os direitos e reduz os investimentos nas Políticas Públicas, provocando na sociedade civil um retrocesso no acesso aos direitos sociais para a classe trabalhadora, e desta forma ocorre à inserção do Terceiro Setor como forma de “garantir” o que o Estado não está se propondo a manter, agindo com parcerias frente aos setores públicos e privados.

Segundo a autora Iamamoto (2008), nos locais de trabalho existe um aumento da demanda pela intervenção do Serviço Social, além disso, temos uma focalização das Políticas Sociais, impõem-se critérios cada vez mais restritivos as possibilidades da população para acesso aos direitos sociais. Frente ao atual cenário político brasileiro e o crescimento do Terceiro Setor, o Assistente Social se coloca enquanto um profissional capacitado para atuar no

enfrentamento das expressões da questão social, mediante aos atendimentos realizados aos cidadãos. Cabe ao Assistente Social atuar neste campo tenso de forma crítica, criativa e comprometida tendo em vista a contemporaneidade marcada por uma tentativa de retomada de um conservadorismo denominada de um neoconservadorismo.

Segundo Simionatto (2009), o Serviço Social confrontar-se diante de duas vertentes o fortalecimento do neoconservadorismo que na pós-modernidade tem uma atuação fragmentada dos direitos ou na tradição marxista perante a uma atuação de perspectiva crítica dialética, visando a totalidade em seu atendimento das expressões da questão social.

No que tange a relevância acadêmica, acreditamos ser um assunto presente no contexto político atual brasileiro, frente ao avanço do neoliberalismo e a consolidação do sistema capitalista, desta forma se faz presente nas pautas de discussões relevantes à atuação do Serviço Social frente às instituições do Terceiro Setor, trazendo a Universidade, aos futuros alunos da graduação em Serviço Social e aos futuros pesquisadores do Terceiro Setor, no que se referem à atuação profissional neste espaço sócio ocupacional, bem como a identificação das expressões da questão social atuais, presentes na sociedade em estudo, bem como no papel interventivo dos profissionais.

Em contribuição à relevância social desta pesquisa, destacamos que, o Terceiro Setor encontra-se presente nos bairros que compõem o 3º Distrito do município de Duque de Caxias em recorte nesta pesquisa, desta forma acaba por contribuir na identificação das expressões da questão social, sendo este uma forma de nortear a atuação profissional, dando relevância à demanda trazida pela sociedade, o que acaba por contribuir no desenvolvimento social, visto que através da pesquisa serão apresentados os principais empasses enfrentados por estes cidadãos deste território.

A relevância institucional desta pesquisa visa identificar as instituições atuantes no 3º distrito do município de Duque de Caxias, bem como as expressões da questão social identificadas na sociedade, os projetos desenvolvidos levando ao conhecimento dos envolvidos à política em questão, o trabalho desenvolvido pelos profissionais de Serviço Social e a contribuição das mesmas ao desenvolvimento do município, cooperando com os profissionais como forma de levantamento das principais demandas apresentadas pelo público atendido, bem como um estudo no que diz respeito à atuação profissional em diferentes instituições.

Com este projeto de pesquisa os autores trazem como intenção a identificação, a nível municipal, de como as influências do Terceiro Setor estão sendo inseridas dentro do Município de Duque de Caxias para atender as demandas das expressões da questão social em sua

imediatez, e seus atendimentos estão tendo a intervenção do Serviço Social na distribuição dos direitos dos usuários e o que está ocasionando de limites e possibilidades a esta população.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a atuação do Serviço Social nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias frente às expressões da questão social.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais expressões da questão social, que são objetos de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias.
- Compreender a intervenção do trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias.
- Conhecer as possibilidades de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias.
- Traçar os limites de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias.
- Refletir acerca das estratégias que podem ser adotadas pelos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias, diante dos limites existentes na contemporaneidade.

Capítulo II - Revisão de Literatura

2.1 A Categoria Questão Social

A questão social emerge da contradição capital e trabalho, na relação de miséria e negação de direitos sociais, estes antagonismos entre as classes tem seu avanço com o desenvolvimento capitalista onde a produção realizada pelos trabalhadores não corresponde à distribuição de riquezas que permanece na concentração do capitalista, a distribuição das desigualdades sociais se prolifera na classe trabalhadora, expressões da questão social fenômenos como o desemprego, o analfabetismo, a fome, a falta de assistência hospitalar, a pobreza e a violência, entre outras, segundo Yazbek (2001), falar de “questão social” é falar da divisão da sociedade em classes e a apropriação desigual da riqueza socialmente gerada.

Se partirmos do pressuposto de que a “questão social” tem sua gênese na forma como os homens se organizam para produzir numa determinada sociedade e num contexto histórico dado, e que essa organização tem suas expressões na esfera da reprodução social, então diremos, fazendo nossas as palavras de Netto, “que a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’; na sua integridade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência de componentes históricos, políticos, culturais e etc. (PASTORINI, 2010, p. 100 e 101)

Segundo Iamamoto (2015), a questão social² divide-se em duas dimensões: a primeira que trata do social é pautada nas desigualdades sociais onde as expressões da questão social podem ser identificadas mediante a fome, pobreza extrema, pauperismo, desemprego, violência e nas demais mazelas sociais que atinge a sociedade, já a segunda dimensão a política que elucida as desigualdades expostas no antagonismo entre as classes proletariado x burguesia, entre estas contradições de classes é visto que no Brasil os agravamentos surgem com o avanço do capitalismo, onde se dispõe de uma classe exploratória, enquanto a outra se subentende na venda de sua força de trabalho para a manutenção de seu sustento.

Diante de todo exposto o Estado, com seu afastamento contínuo, auxilia na manutenção das desigualdades sociais, onde o seu intervir vem fragmentado nas Políticas Públicas e com o repasse de suas obrigações sendo direcionadas para o Terceiro Setor, que estará atuando diretamente em uma resposta imediatista na resolução das expressões da questão social.

² De acordo com Yazbek (2001) “questão social” é falar da divisão da sociedade em classe e a apropriação desigual da riqueza socialmente gerada.

Questão social apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2015, p. 27)

A questão social surge juntamente com o modo de produção capitalista, mediante ao processo de industrialização que gera contradições entre a classe burguesa, detentora das máquinas, e a classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho para prover seu sustento e de sua família. Segundo Pastorini (2010) a contradição referente ao modo de produção capitalista dá-se o nome de questão social, que apresenta como principais manifestações a pauperização, a exclusão e as desigualdades sociais.

Segundo Netto (2012) a utilização da expressão questão social passou a ser utilizada durante o século XIX e como uma maneira objetiva em tratar a grande questão que resulta da industrialização e do crescente movimento das fábricas no capitalismo concorrencial, que deu início durante o século XVIII, que era a grande falência da sociedade. Pela primeira vez na história a pobreza cresceu em conjunto com a capacidade social na produção de riquezas.

O modo de produção capitalista dominou a classe trabalhadora no intuito de explorar sua força de trabalho, em prol desta exploração o capital cria uma alienação nestes trabalhadores em forma de esperança que este processo ao qual se encontrava inserido lhe proporciona um acúmulo de riqueza, neste ato exploratório o capital detentor do maquinário manteve está classe menos favorecida produzindo e realizando o acúmulo de riquezas para o sistema capitalista.

Segundo Iamamoto (2015) a população iniciou um processo de desmistificação desta concepção imposta pelo capital, onde apenas a venda de sua força de trabalho seria necessária para a manutenção da vida, perante a este princípio de nova perspectiva, o capitalismo vê em sua reação uma aliança com a Igreja para se manter no poder. Neste novo viés integra a classe dominada, a imposição da fé, no entanto esta disposição, seus questionamentos contra este sistema opressor passam a deixar de ser questionado e neste procedimento o capital estende sua riqueza e a classe trabalhadora permanece vivenciado o seu processo de exploração.

Segundo Netto (2015), com o avanço das industrializações dentro do país, ocorreu um aumento da migração entre a população rural para as cidades, em busca de oportunidades de empregos, contudo as indústrias não conseguiram absorver toda esta demanda, ocasionando entre a população um alto índice de desemprego, fome, miséria, entre outras expressões da questão social, desta forma pode citar que quanto mais o capital obtém seu enriquecimento mais a classe trabalhadora sofre com as expressões da questão social.

A sociedade perante a este processo das expressões sociais se remetem a reivindicar do governo uma solução, mediante a estes questionamentos o Estado vem responder para o capitalismo, que cobra dos governantes que está interpelação, seja resolvida dentre as questões apresentadas pelos trabalhadores, em prol de não terem seus lucros comprometidos, perante a resolução desta resposta o Estado dirimir estes questionamentos para atuação do Terceiro setor no ato que estas organizações possam agir dentre estes questionamentos da sociedade nesta posição a colocação do Assistente Social para dirimir todos estes posicionamentos dos cidadãos descontentes com o mercado industrial, mantendo-se assim uma falsa resolução dos problemas ocasionados pelo avanço do capitalismo e a exploração da força de trabalho.

Segundo Netto (2012) a emergência da (questão social) possui na luta de classes seu solo e fundamentos, elucidando o questionamento, é vislumbrado que a questão social tem em sua concepção o antagonismo entre as classes, onde a ascensão do capitalismo tem em sua distinção a associação da produção de riquezas, e o Estado que não realiza a sua intervenção diante dos questionamentos realizados pela classe trabalhadora, e neste mesmo ensejo a falta de recursos tem seus rebatimentos direcionados na classe trabalhadora, onde as expressões da questão social demonstra-se de forma atuante.

A profissão tem sua emergência a partir do desenvolvimento industrial, no qual se encontra na expansão do capitalista monopolista, gerando desta forma o aumento de riquezas em detrimento da produção coletiva e mediante a esta colocação, há um aumento das desigualdades e conflitos sociais entre a classe trabalhadora e a burguesia.

[...] esteve diretamente ligado à questão social nas décadas de 1920 e 1930. Assim as proformas do Serviço Social, se dão com o agravamento da questão social, pelo desenvolvimento do capitalismo, que levou a alienação do trabalho e se estabeleceu claramente o antagonismo entre burguesia e proletariado [...] (IAMAMOTO e CARVALHO, 2007, p. 125)

Segundo Iamamoto (2015) a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista, que na sociedade burguesa, a gênese da questão social deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana, esta condensava então no conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas em um movimento contraditória das relações sociais entre classe trabalhadora e burguesia, tendo alcançado a plenitude de suas expressões e matrizes em tempo de capital fetiche.

Um dos apontamentos produzidos pela gênese social é a relação do indivíduo em sua categorização individual, perante o sistema capitalista, onde este aponta que a visão de um processo de trabalho é pautada no movimento de produção, perpassando o consenso de classe.

Para a classe burguesa, é benéfico que a classe trabalhadora não se reconheça como tal, pois desta forma se fazem de fácil manipulação e alienação, diante desta atual conjuntura o Serviço Social tem seu surgimento, destinado para gerir as expressões da questão social, neste contexto o Assistente Social era conhecido como um agente social.

Ao entender o Serviço Social como profissão deve-se compreender todo o contexto histórico deste surgimento, que estará sendo aprofundado no capítulo a frente, para uma breve compreensão estará sendo conceituado como esta atuação estará agindo diretamente nas expressões da questão social.

Desde o começo e até 1950, o Assistente Social inseriu-se na sociedade, contemplando o tripé Igreja, Sociedade e Estado, foi nesse contexto que a questão social era vista como questão moral, religiosa ou uma visão da classe dominante, interessada em ajustar o trabalhador e sua família aos processos de industrialização e urbanização em curso, em uma visão de problemas sociais como “questão política pública”, considerada nos quadros da manutenção da ordem burguesa.

A exploração abusiva que o operariado é submetido – afetando sua capacidade vital – e luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, a “moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial deve sair da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2007, p. 130)

Conforme as épocas vão se perpetuando as expressões da questão social vão sofrendo acirramentos, e esta ramificação perante a classe trabalhadora tem seus agravamentos de formas variadas, se for realizado um comparativo dos primeiros movimentos do capitalismo, havia uma desigualdade social, o que na atualidade esses rebatimentos estão sofrendo com seus acirramentos e perante este cenário atual o mercado de trabalho exige do Assistente Social, que seja mais crítico, teórico e perspicaz em sua atuação destes atendimentos perante a sociedade.

[...] um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica, não só executiva, mais que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentando por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho neste momento de profundas alterações na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2015, p.49)

O Estado em resposta às expressões da questão social, que se deu pelo aumento da desigualdade social, motivada pelo avanço do sistema capitalista, se vê responsável por atender, mesmo que minimamente, as demandas que são apresentadas pela classe trabalhadora, não se

tem uma precisão exata para o surgimento do Terceiro Setor no Brasil, o autor Fernandes (1994) acreditando-se que a primeira instituição possa ser a Santa Casa de Misericórdia³, em 1543. Iniciou-se a partir de então um envolvimento do Terceiro Setor, de acordo com autor já supracitado o chamado Terceiro Setor surgiu com as primeiras organizações voltadas para a Igreja de cunho religioso e da caridade, entretanto a partir da Segunda Guerra Mundial, houve profundas mudanças nas políticas, sociais e econômicas, gerando oscilações nos centros do poder, revolução nos sistemas de comunicação e aumento das produções rurais e industriais.

No entanto de acordo com Albuquerque (2006), estas mudanças agravaram as situações diante da classe trabalhador com o acirramento da pobreza, da violência, de doenças, da poluição, do meio ambiente, dos conflitos de cunho religiosos, étnicos, sociais e políticos, na década de 1970 a sociedade civil surgiu com um caráter político e atua diretamente na redemocratização dos países, com condutas voltadas para uma política social.

Em 1980 o autor Albuquerque (2006), obtém-se uma mudança significativamente na América-latina, e a maioria dos países restabelecem um regime democrático, tendo em vista as fortes crises econômicas e altos índices inflacionários, “Os governos passaram a adotar uma política neoliberal de desenvolvimento, o que agravou a situação de pobreza nos países do Terceiro Mundo. (Albuquerque, 2006, p. 23) ”

Na década de 1990 segundo Albuquerque (2006), com as transformações na políticas e econômicas que ocorrem no Brasil, inicia-se mudanças no papel das ONGs, onde eram de cunho religioso e caritativo, passa-se a um processo de filantropia e organizações sem fins lucrativos, diante deste cenário e com os agravamentos ocasionados com o avanço do capitalismo a uma intensidade nas lutas de classes perante as suas reivindicações, o Estado em prol de uma resposta para estes trabalhadores, contudo visando não perder o seu poderio busca suprir estas demandas transferindo suas responsabilidade mediante a sociedade para a gestão da sociedade civil, diante destas mudanças o Terceiro Setor tem seu auge e uma intensificação na atuação direta entre os setores privados e em algumas gestões públicas.

O Estado neoliberal, implementado pelo processo de reforma iniciado na década de 1990, alterou a política social desenvolvida nos anos de 1980, após o período ditatorial. Esta década foi marcada por intensas lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, estas lutas resultaram na aprovação da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna, baseada no chamado Estado de Bem-Estar, característico da Europa, trouxe a estabilização da universalidade dos

³ A Santa Casa da Misericórdia é uma instituição criada com o propósito de tratamento e sustento aos enfermos e inválidos, além de dar assistência a “expostos” – recém-nascidos abandonados na instituição. No Brasil surgiu ainda no período colonial, em Olinda.

direitos, à seguridade social e a intervenção do Estado em áreas de estratégicas. Porém essas conquistas da classe trabalhadora vão perdendo força com as reformas que ocorreram no ano de 1990, decorrentes da crise do capitalismo mundial das décadas anteriores. As novas ordens da política neoliberal precisavam ser implementadas, e para sua devida efetivação, se fazia necessário tornar a Constituição Cidadã menos democrática.

O que na realidade está em jogo não é o âmbito das organizações (terceiro setor, em contraposição ao Estado ou mercado), mas a modalidade, os fundamentos e responsabilidades inerentes à intervenção e respostas para a “questão social”. O fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um “setor” em detrimento da crise de outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à ‘questão social’ (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto responsabilização do cidadão e da comunidade local para essa função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele)” (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011, p.306)

O Terceiro Setor surge com a finalidade de atender as demandas das expressões da questão social que não estão sendo supridas pelo Estado, perante a intervenção social, cabendo ao mesmo desresponsabilizar o capital frente às diversas expressões da questão social que este capitalismo impõe na sociedade civil, bem como intervir de forma que as lutas contra o governo passem a ser respondidas pelo Terceiro Setor.

Como apontado Iamamoto (2008), o Estado atende às demandas do capitalismo diante da responsabilização do indivíduo na busca do seu bem-estar social enfrentando as questões sociais presentes no atual contexto sócio político brasileiro.

Pastorini (2010) aponta a uma nova questão social, de uma “nova pobreza” que segundo a mesma se dá de duas formas: a pobreza advinda da consolidação do sistema capitalista, que gera uma desigualdade social e aponta o empobrecimento de uma parte da população que em determinado momento estavam em boas condições em geral. Este fator apontado pela autora nos traz a reflexão do aumento da população na procura por políticas públicas, que atenda sua necessidade, antes atendida pelo sistema privado, porém se observa que o Estado não supre a necessidade desta população, e abre cada vez mais espaço a atuação do Terceiro Setor.

Pretendemos com este dois pontos dois, tratar da profissão do Serviço Social no Brasil com o decorrer das décadas retratando o surgimento da profissão do Assistente Social.

2.2 A Profissão Serviço Social no Brasil

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2007) o Serviço Social tem seu ponto de partida concentrado nas décadas de 1930/1940 no Brasil, no qual ele vem desenvolver sua prática e teoria empírica, onde o Serviço Social vem atender as demandas voltadas para o controle e o

enfrentamento das expressões da questão social, exacerbado pelo capitalismo nestes espaços sócios históricos, ressalta-se dois elementos, o redimensionamento do estado e o surgimento das ações fortemente ligado à caridade pela grande influência da Igreja Católica.

Na década de 1930, quando surgiu a profissão do Serviço Social no Brasil, em seu primeiro momento a Igreja Católica tem uma grande influência, as primeiras em atuar foram as damas de caridade, onde as ações eram de cunho de ajuda e caridade, seguindo a teoria neotomista, os atendimentos a população eram individualistas e não visto como as expressões da questão social que emergiram pelos métodos de produção capitalista.

Entretanto nesta visão neotomista as expressões da questão social como o pauperismo, desemprego e outras expressões que assolavam neste cunho histórico eram os atendimentos realizados isoladamente e colocação para a sociedade que estes fenômenos eram vistos como a vontade de Deus, estes cidadãos recebiam ajuda das damas de caridade mais não tinham a viabilidade de acesso aos seus direitos.

Para esses autores vinculados à tradição socialista revolucionária, a Questão Social se expressando no pauperismo e no pauperismo absoluto era irresolúvel – era insolúvel nos quadros da sociedade burguesa, da sociedade sob o capital, por uma razão simples: porque nessa sociedade o dinamismo econômico assenta na necessária polarização entre a riqueza e a pobreza, seja ela relativa ou absoluta. (NETTO, 2012, p. 91)

A Revolução Industrial chega para modificar o cenário social e o crescimento das cidades, mudam as relações entre os homens em sua organização, contudo intensificando a miséria e agravando as terríveis condições da classe trabalhadora. Inicia-se uma consciência política e de classe, lutando por melhores condições sociais, devido a crescente força da classe trabalhadora, junto ao cenário da miséria generalizada e o pauperismo.

Do ponto de vista conceitual, é fundamental não perder de vista que a pobreza é expressão direta das relações vigentes na sociedade, relações extremamente desiguais, em que convivem acumulação e miséria. A pobreza brasileira é produto dessas relações que, em nossa sociedade, a produzem e reproduzem, quer no plano socioeconômico, quer nos planos político e cultural, constituindo múltiplos mecanismos que “fixam”, os pobres em seu lugar na sociedade. (YAZBEK, 2010. Artigo na Revista Katálisis)

Nesta mesma década, a burguesia sente sua hegemonia ameaçada, com isso, une-se ao Estado e a Igreja para racionalizar a assistência que tinham condições econômicas e ideológicas de controle social para alienar os trabalhadores e para manter a reprodução do modo de produção capitalista, mantendo sua hegemonia enquanto classe dominante ficando nítido o objetivo da classe burguesa em garantir a reprodução das relações sociais no capitalismo.

Segundo Iamamoto (2015), o Serviço Social no Brasil teve como referência o norte-americano, suas ações iniciam-se com o processo de ajuda aos pobres controlados pela Igreja e práticas assistencialistas atuando de forma distinta na realidade social política e econômica do Brasil.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2007), as proformas do Serviço Social foram marcadas por grupos pioneiros e pelo surgimento das primeiras escolas para formação de Assistentes Sociais, bem como a criação do Centro de Estudo e Ação Social - CEAS em 1932, que os autores consideram como a manifestação original do Serviço Social no Brasil, surgindo com o incentivo e sob o controle da hierarquia, e a primeira escola brasileira de Serviço Social em 1936 ofertado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) – São Paulo, inspirada pela Ação Católica e Ação Social, mediante a integração destas escolas do Serviço Social com a concepção da Igreja era visto de uma educação voltada para prática ligada ao controle da classe trabalhadora em uma colocação neotomista, era a construção de uma ideologia com o contorno do movimento da fé, com a finalidade básica discutir a questão social dentro da doutrina católica.

Foi no âmbito da influência norte-americana que importamos, progressivamente, os métodos de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo, Organização de Comunidade e, posteriormente, Desenvolvimento de Comunidade. (SILVA, 1995, p.41)

Na década de 1940, devido à emergência de uma economia urbana industrial surge a necessidade de entidades assistenciais, para atender as demandas postas e controlar as lutas sociais, nesta mesma época temos o surgimento do Serviço Social de caso que tinha uma forte influência norte-americana, onde o Assistente Social neste momento histórico realizava os atendimentos de forma individual, tendo em vista o ajustamento do indivíduo nesta sociedade e nesta década era gerida pela vertente funcionalista, entretanto surgiu as Organizações de Comunidade que segundo Iamamoto e Carvalho (2007) utilizam do método de grupo e comunidade, onde a atuação do Serviço Social agiam como interventores nestes ajustamentos da população, o Assistente Social tem como papel intervir no meio rural, através do desenvolvimento de comunidade, criando estratégias para que a sociedade se adeque no novo processo de trabalho.

Na década de 1950, segundo Iamamoto (2015) a prática do assistente social foi educativa e doutrinária para o enquadramento da população, vinculada à proposta desenvolvimentista com influência norte-americana onde se teve a expansão da profissão do Serviço Social, mediante a este processo foi proporcionado o desenvolvimento de comunidade,

em torno da problemática urbana dentro deste mesmo contexto obteve-se seu surgimento no governo de Juscelino Kubitschek, que trouxe como proposta o desenvolvimento do Brasil de cinquenta anos em cinco, como eixo principal de seu governo.

O Serviço Social foi também a profissão que mais precocemente ficou exposta às teorias funcionalistas e à influência das colocações desenvolvimentistas, viabilizadas, no seu caso particular, pelo campo aberto com as políticas de desenvolvimento de comunidade. (CASTRO, 2011, p. 135)

O Serviço Social vai alcançar o seu processo de renovação profissional em meados da década de 1960 com o movimento de reconceituação da América Latina, este processo traz para o Serviço Social uma configuração de autocrítica da profissão, resultando para os profissionais as inquietações e concepções científicas do Serviço Social, em uma busca de respostas à problemática social.

Segundo Netto (2015) o processo de renovação do Serviço Social no Brasil se expressou em três direções distintas, a perspectiva modernizadora, que é a busca por ajustar a prática profissional, as exigências do mercado no dado o movimento histórico no intuito de articular novas bases técnicas e científicas sem romper com as bases tradicionais do surgimento da profissão, este movimento foi muito importante para o Serviço Social, a partir da perspectiva modernizadora surgiu uma nova visão da prática profissional, para os Assistentes Sociais volta-se para uma análise crítica da realidade social voltando-se assim atender as demandas das expressões da questão social, nas bases teóricas-metodológicas que buscavam superar os atendimentos tradicionais e conservadores.

A perspectiva modernizadora tem auge com as construções dos documentos de fundamentais: seminários de Araxá em 1967 onde traz a transformação e o conservadorismo do Serviço Social tradicional nas novas bases da análise crítica, seminário de Teresópolis em 1970 que foi organizado Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), onde o modernismo se sobrepõe ao tradicionalismo, os profissionais do Serviço Social se aperfeiçoam com o instrumental operativo com os procedimentos metodológicos e técnico, onde operativo e instrumentalmente. Segundo Netto (2005) salienta que se em Araxá ficou marcado o cariz sociotécnico, em Teresópolis se fundamenta a operacionalidade de Serviço Social, agora relacionado à administração tecnoburocrática.

A documentação do Sumaré e do Alto da Boa Vista está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim como estão, para o seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis. (NETTO, 2005, p. 195)

A segunda direção foi a reatualização do conservadorismo, onde se recupera alguns elementos de cunho doutrinário da igreja e a sua ação foi centralizada em viabilizar uma ajuda psicossocial buscando a transformação do indivíduo com uma dimensão teórico-metodológica pautada na fenomenologia, Segundo Netto (2005) é a reatualização do conservadorismo que se manifesta no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta.

Entende-se que no processo de Reatualização do Conservadorismo, busca-se aperfeiçoar as antigas práticas profissionais de acordo com as novas exigências do perfil profissional, ou seja, busca-se mantê-las num viés mais crítico que pudesse apresentar argumentos plausíveis para adentrar a nova prática profissional. Essa perspectiva “supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa ‘nova proposta’, ‘aberta’ e ‘em construção’”. (NETTO, 2005, p.203)

Na década de 1970 ocorreu a terceira direção a intenção de ruptura, que representou o rompimento do Serviço Social conservador, na oportunidade os profissionais se aproximando das leituras de Marx, principalmente no âmbito das universidades, direcionando um aspecto de análise crítico para os atendimentos realizados frente às expressões da questão social, sendo o crítico fundamentado na dimensão teórico-metodológica do Marxismo, iniciando um amadurecimento intelectual jamais vivenciado pela categoria. Esta direção proporcionou novas formas de pensar e interpretar a sociedade capitalista e o indivíduo.

A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico - metodológicas e prático-profissionais. (NETTO, 2005. p. 250)

Segundo Cardoso (2013), a Renovação do Serviço Social é, portanto, fruto de um processo histórico que possibilita o pluralismo, ao encontrarmos a diversidade no que diz respeito às maneiras de enfrentar a realidade social, de compreender a questão social e o próprio Serviço Social, diversidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão do modo de pensar fazer e escolher. A década de 1980 é marcada pela intensa busca pela materialidade do compromisso ético-político, ancorado em valores éticos progressistas e pressupostos teóricos fundados na teoria social crítica e tradição marxista.

Todavia, quanto mais os intelectuais se aproximavam das leituras de Marx , o Serviço Social inicia-se um processo de renovação da profissão, onde a busca pelo compromisso ético profissional se detém do espraiamento do contexto histórico, dentre este mesmo momento o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina, obtém-se uma intensificação das lutas de classes, perante aos movimentos estudantis, a intensificação das

leituras nas universidades, entre outras expressões, neste âmbito os questionamentos em relação a atuação da profissão tem seus questionamentos sobre os compromissos éticos e políticos.

[...] De base teórica e metodológica eclética, o movimento de reconceitualização foi inicialmente polarizados pelas teorias desenvolvimentistas. Em seus desdobramentos, especialmente a partir de 1971, este movimento representou as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista, haurida em manuais de divulgação do marxismo leninismo, na vulgata soviética, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, além de outras influências de menor porte. Registra-se, entretanto, a ausência de uma aproximação rigorosa aos textos de Marx. (IAMAMOTO, 2007, p. 212).

Com base no Código de Ética da profissão de 1986, ainda há resíduos de uma concepção estática e unilateral subsidiando uma leitura idealista e voluntarista, essa concepção será superada na década de 1990, durante todo esse processo sócio histórico, o Serviço Social com sua prática baseada nos códigos de ética da profissão. Em décadas distintas com a Lei de Regulamentação da Profissão Lei 8662 de 07/06/1993, definindo atribuições e competências para o Assistente Social no seu cotidiano.

O Código de Ética de 1993 apresenta as diretrizes e competências para atuação do Assistente Social, segundo Barroco (2012) o código de 1993 aponta a necessidade de mudanças no código de ética vigente anteriormente, devido ao novo contexto social em que o Serviço Social atuava. O código de ética profissional foi uma síntese das lutas e conquistas, ele representa um avanço com o que de melhor o Serviço Social no Brasil produziu no que tange os fundamentos ontológicos do ser social e a relação entre projeto profissional, defesa dos direitos e projeto societário, buscando atuar na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

[...] é neste sentido que a formação profissional deve viabilizar condições para que os novos assistentes sociais, seja sensível e solidário ao processo de criação de uma nova cidadania como estratégia política de gestão de uma cultura pública democrática contrapondo-se ao culto ao individualismo a linguagem do mercado ao Ethos da pós-modernidade (IAMAMOTO, 2015, p.199)

No entanto compreender os fundamentos do Serviço Social é reconhecer à trajetória sócio histórica da profissão vinculada às modificações que ocorrem na sociedade brasileira e as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativo, com isso forjar no cotidiano novas estratégias para o enfrentamento das expressões da “questão social”.

Este próximo ponto, vem dissertar sobre a Política Nacional da Assistência Social no Brasil e seus principais Marcos Jurídicos.

2.3 A Política Nacional de Assistência Social no Brasil: Marco Jurídico

Para compreender a atuação do Terceiro Setor no cenário atual brasileiro, faz-se necessário o entendimento da trajetória da Assistência Social no Brasil. Perpassando pela Assistência Social vista como caridade, filantropia e assistencialismo até o alcance de sua efetivação como direito do cidadão.

A política de Assistência Social, instituída pela Constituição o Federal de 1988 (CF), presente na formação do tripé da seguridade social, pode ser considerada uma inovação, visto que ela se coloca como uma política para quem dela necessitar, independente de contribuição, trazendo como intuito a viabilização dos direitos dos cidadãos. A implementação da CF/88 no que tange a assistência social foi fator importante na construção da política de assistência social enquanto política pública, sendo dever do Estado e direito da população. Passando a agir nos mínimos sociais, buscando combater as expressões da questão social através de programas e serviços assistenciais.

Segundo Oliveira (2005) esclarece que a Assistência Social no Brasil, era concebida em um lugar da não política, uma cultura a favor de ações caritativas, voluntárias de cunho solidário e assistencialista, além disso, com uma colocação de evidenciar religiosos que consequentemente implica na naturalização da pobreza.

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre. (OLIVEIRA, 2005, p. 25)

Yazbek (2001) trata que este campo da assistência social foi distribuído de forma secundária pelo Estado, dentre este modo o processo do desenvolvimento da Assistência Social, realiza assim as atuações pontuais e desarticuladas que foram destinadas para a população, e que fosse atendida de forma descontinuada para os mais necessitados e desvalidos, ou seja uma atuação direcionado ao mais pobres.

O reconhecimento da assistência social no país é realizado pelo Estado acontecendo em um posicionamento lento, durante a década de 1930, diante dos acontecimentos da revolução e das lutas de classes, este momento ocasiona no país uma resposta para os questionamentos dos trabalhadores o que realiza um aumento na área social.

Segundo Montañó e Duriguetto (2011), Vargas instalou uma ditadura de tipo populista, sob a denominação de Estado Novo⁴, com elementos de inspiração corporativa. E em julho de 1938, em pleno regime do Estado Novo, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que vem regulamentar a filantropia no país e garantir que as instituições inscritas poderiam receber subsídios do governo, contudo sem visar a perspectiva de direitos, onde este órgão foi vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, formado por pessoas ligadas à filantropia, tendo em sua composição sete membros que deveriam estar ligados ao Serviço Social, com o objetivo de opinar sobre questão social e subvenções a obras sociais. Esse órgão foi extinto e substituído pelo atual Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial⁵ a primeira dama Darcy Vargas, esposa do Presidente Getúlio Vargas assume a Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁶, em um processo de atuação do primeiro damismo de assistência social, que em sua atuação era direcionado aos desfavorecidos e aos soldados que iam lutar na guerra.

Em 1943, Getúlio Vargas passa a ser conhecido como pai dos pobres, pela criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), formalizando as relações de trabalho nos setores secundários e terciário no país.

Diante deste âmbito a ascensão da assistência no país, foi permeada pela caridade, filantropia, clientelismo e uma forte prática influenciada pela religião e pela presença governamental, com esta tendência levando ao longo dos anos uma instauração como política pública reconhecida como direito de responsabilidade estatal.

[...] a simbiose entre a iniciativa privada e a pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/ caridade x beneficiário/ pedinte, conformando a relação entre Estado e classes subalternas". (SPOSATI, 2003, p. 46)

⁴ Estado Novo foi instituído de (1937-1945) e intensificou-se a repressão, o controle e a cooptação de dirigentes sindicais e trabalhadores combativos (Montañó e Duriguetto, 2011, p. 238)

⁵ Oliveira (2005, p.30) destaca que a política exportadora adotada após a Segunda Guerra Mundial permitiu que as empresas dos países industrializados se legitimassem se enquanto economia hegemônica e dominasse todo o mercado, impedindo que nos outros países se consolidasse um parque industrial forte, o que favoreceu a manutenção desses países na condição de atrasados economicamente.

⁶ LBA foi fundada em 28 de agosto de 1942, por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, em parceria pelo governo do Estado, com a finalidade de "amparar os soldados brasileiros e seus familiares" por parte dos "brasileiros de boa vontade", Yazbek (2014) a LBA, era voltada para a assistência à maternidade e a Infância, executava ações fundamentalmente paternalistas e com prestação de auxílios emergenciais à miséria e interfere junto aos segmentos mais pobres da sociedade, com incentivo a mobilização da sociedade civil e o trabalho feminino. Faz-se importante destacar os objetivos básicos da LBA (art. 2 de seus Estatutos): 1. Executar seu programa, pela fórmula de trabalho em colaboração com o poder públicos e a iniciativa privada, 2. Congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social, 3. Prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo, 4. Trabalhar em favor do progresso do Serviço Social no Brasil. (IAMAMOTO, 2007, p. 250).

Segundo Netto (2015) o país passa por uma longa história de exploração e dominação da massa do povo com a ditadura instaurada em 1964, a Assistência Social no Brasil deixou o conceito caritativo e iniciou o processo de uma atuação burocratiza, obtendo neste momento de autoritarismo, uma colocação de novas regras, normas e critérios para atuação da assistência, onde o direcionamento era para atuação do atendimento da população excluída, e neste mesmo período surgiu uma ampliação da Previdência Social, diante desta nova demanda foi criado Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL)⁷, após este período é possível vislumbrar a extensão de estagnação que suscitou a assistência social no país, onde suas modificações ocorre com Carta Magna que se trata da Constituição Federal do Brasil de 1988 entrando em vigor.

O golpe militar de 1964 fez o Brasil entrar numa fase bastante sombria da sua história. Os militares passaram a controlar o poder. Sua preocupação básica eram a segurança e o desenvolvimento. Para garantir a segurança, violentam os direitos políticos e civis. Amordaçaram a oposição e instalaram a paz dos cemitérios (FERREIRA, 1997, p. 164).

Após o encerramento do processo ditatorial quando o candidato José Sarney assumiu a Presidência da República, em 05 de outubro de 1988, houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, que tinha em sua plataforma a garantia dos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, que desde o período anterior havia sido suspenso pelos governos no período da ditadura, e a CF/1988 foi também conhecida como a Constituição Cidadão.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88, Preâmbulo).

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) foi um marco na história da democratização do Brasil, após o Golpe militar de 1964 até 1985, o país iniciou um novo processo de redemocratização, onde a população brasileira necessitava da devolução dos seus direitos que foram usurpados durante a ditadura militar. Neste momento foi instaurado o sistema de Seguridade Social, incluindo neste conceito a previdência, saúde e assistência social, por previdência entende-se aquela que visa garantir aos trabalhadores rendimentos mensais,

⁷ FUNRURAL foi criado em 1963 a Lei do Estatuto do Trabalhador Rural a Lei 4.214, que vinha reger as relações do trabalhador rural, sendo, nulos de pleno direito os atos que visam à limitação ou a renúncia dos benefícios aqui expressamente referidos.

mediante a contribuição disposta na legislação que rege o benefício, enquanto assistência tem o intuito de garantir que nenhum cidadão fique sem satisfazer suas necessidades mínimas.

Desde a proclamação da Constituição Federal de 1988, criou-se um ambiente favorável para os cidadãos, fortalecendo vínculos entre o Estado e a sociedade civil, realizando uma corresponsabilidade por garantir a efetividade dos direitos ali assegurados para todos os cidadãos, brasileiros natos ou naturalizados.

O artigo 194º da CF/1988 institui o sistema de seguridade social, trazendo em seu texto os seguintes conceitos:

Art. 194º. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento,
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais,
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços,
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios,
- V - equidade na forma de participação no custeio,
- VI - diversidade da base de financiamento,
- VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. (CF/88)

Entretanto, nem sempre a legislação no Brasil, funcionou na adoção de tais medidas assistenciais para proteção de pessoas em situação de necessidade ou vulnerabilidade, na verdade a Constituição Federal de 1988 foi a primeira a trazer em seu texto a definição no que se refere a política de assistência social, as legislações anteriores a esta, mencionaram apenas o acesso à previdência social e a saúde.

Contudo a Constituição Federal de 1988, prevê em seu artigo 203 e 204 que a assistência social é uma política pública destinada a quem dela precisar, independente da contribuição, assim em 13 de julho de 1993, o então Ministério de Estado de Bem-Estar Social apresentou ao presidente da república, o projeto de Lei Nº 4.100/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e mais tarde esse projeto de lei transformou-se na Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, o LOAS.

Portanto os a Lei 8743/93 Lei Orgânica da Assistência Social, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, foi a pioneira na regulamentação da assistência social, no entanto, tanto o Poder Executivo, quanto o Legislativo foram alvos de ação direta de inconstitucionalidade por omissão proposta pelo Procurador Geral da República ao Supremo Tribunal Federal, pois ficaram aproximadamente cinco anos após a promulgação

da Constituição Federal de 1988, sem que se tivessem regulamentado a política de assistência social.

Segundo Behring (2011) nesta coalizão de poder em torno de FHC houve dois programas de governo que apontam aquela alteração da modalidade de resposta à questão social: o Programa Comunidade Solidária (PCS) e o Programa Nacional de Publicização (PNP). No primeiro, observa-se uma redefinição conservadora dos programas sociais, engendrando-se uma forma extremamente focalizada de gestão das populações pobres e do social, com a desmontagem das ideias de responsabilidade e bens públicos e a apologia das parcerias público-privadas na área social. Tratou-se de um programa dissociado das instâncias democráticas – na contracorrente do controle social democrático – onde se formulou o discurso e a legislação do Terceiro Setor. Assim, entronizou-se o solidarismo e a parceria com a sociedade civil (aqui caracterizada como o território das virtudes versus a pressuposta ineficiência do Estado), por meio das OSCIPs (organizações da sociedade civil de interesse público – Termo de Parceria), como grande saída no campo da política social, especialmente da Assistência Social, em detrimento das orientações da Lei Orgânica da Assistência Social.

De acordo com Behring e Almeida (2010) o legado de FHC para Lula, no campo da seguridade social, portanto, foi o incremento da focalização, em detrimento da universalidade, da parceria público-privada, em detrimento da primazia do Estado, da obstaculização, dilapidação, corrosão e desconstrução do conceito constitucional, tratando as políticas de seguridade separadamente, extinguindo o Conselho Nacional de Seguridade Social, e implementando uma política de financiamento, sob o argumento da escassez de recursos, apesar da imensa transferência de riquezas para os ricos e o capital financeiro.

Contudo no mandato do Governo Lula as principais inovações na seguridade social decididamente se deram no campo da Assistência Social: a construção do SUAS e de todo o seu marco regulatório o Estatuto do Idoso e a implementação da Idade de 65 anos para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Cadastro Único (CADÚNICO) e o Programa Bolsa-Família.

Com aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e Norma Operacional Básica (NOB) de 2005, definiu e normatizou conteúdo do Pacto Federativo restabelecendo de forma unitária hierarquizada e complementar as competências dos entes Federados na gestão do financiamento e execução da Assistência Social.

Segunda evolução normativa da política destaca-se a relevância da promulgação da lei 12.435 de 2011, conhecida como a Lei do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que

foi promulgada pela Presidenta Dilma Rousseff, foi uma conquista da política de Assistência Social, que realizou a alteração da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Lei 8.742 de 1993, o qual está Lei trata-se da organização da Assistência Social e de outras providências, incluindo as unidades de referência serviços e programas socioassistenciais na legislação nacional. Também introduziu novos dispositivos relacionados ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e financiamento do sistema, reconheceu o direito de cidadania e responsabilidade estatal da assistência social se apresenta como um processo contínuo de construção.

A inclusão da assistência na Seguridade Social foi uma decisão plenamente inovadora primeiro por tratar esse campo como conteúdo da política pública de responsabilidade estatal e não como uma nova ação com atividades e atendimentos eventuais segundo a desnaturalizar o princípio da subsidiariedade pela qual a função da família e da sociedade anteceder a do Estado (...) Terceiro por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais (SPOSATI, 2009, p. 14)

Segundo Sposati (2009), o Brasil apresenta uma regulação social tardia e frágil na efetivação dos direitos sociais principalmente pela vivência dos processos ditatoriais agravados pela sua duração e o amadurecimento da democracia tardia da sociedade vigente, perante a este autor a sociedade brasileira encontra-se em construção das legislações para atuarem na socialização das estruturas econômica e políticas.

De acordo com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, apresenta e descreve os serviços que compõem o sistema único de assistência social por meio de níveis de proteção e de complexidade desde 2009 os serviços estão classificados em dois tipos proteção: Social Básica e Proteção Social Especial. A proteção social básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários ela destina-se a população que vive em situação de fragilidade, decorrente da pobreza, ausência de renda e o acesso precário ao serviço público e da fragilização de vínculos afetivos, atuando por meios de diferentes unidades dentre elas destacam-se: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), seus atendimentos são voltados à família, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e o serviço de proteção social básica no domicílio, esses serviços visam garantir direitos sociais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população em situação de fragilidade social através do fortalecimento dos laços familiares.

Entretanto, a proteção social especial destina-se à famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados a integrar as ações da proteção especial é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violação de

direitos, por ocorrências psicológica abuso e exploração sexual, abandono comprimento atualização de vínculos o afastamento do convívio familiar, diferentemente da proteção social básica e tem um caráter preventivo a proteção social especial que atua com natureza protetiva são ações que requerem acompanhamento familiar, individual, o maior flexibilidade nas soluções comportam, encaminhamentos efetivos, monitorados apoios e processos que assegurem qualidade na atenção, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), é a unidade pública municipal responsável pela oferta de serviços da proteção especial tem um papel de executar, coordenar e fortalecer a articulação dos serviços da rede socioassistencial com as demais políticas públicas e com sistema judiciário.

De acordo com a publicação do caderno do CREAS (2011), a proteção social especial está dividida em dois níveis: de complexidade média e alta, a proteção social especial de média complexidade oferta atendimento, especializado a famílias e indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade e direitos violados, geralmente quem venceria do núcleo familiar, se caso a convivência no seio da família está mantida embora os membros possam estar fragilizados ou até mesmo ameaçados e serviços demanda, maior especialização com acompanhamento familiar e maior flexibilidade nas soluções para assegurar efetividade no atendimento às demandas da família e sua inserção em uma rede de proteção necessária para a potencialização das possibilidades, de superação da situação vivida, a serviços de média complexidade estes atendimentos também são direcionado a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, atividades que possibilitam maior perspectiva de vida, já no caso de indivíduos com afastamento de alguma medida judicial é oferecido serviço de proteção e atendimento especializado às famílias e indivíduos, pessoas com deficiência, idosas e suas famílias também encontra acompanhamento específica nessa situação os indivíduos são acompanhados, para prevenir o preconceito e exclusão.

No entanto, para pessoas em situação de rua as atividades envolvem as relações sociais para construção de novos projetos de vida, são considerados serviços de proteção social especial de alta complexidade, aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono essa afirmação de direitos exercitando de acolhimento provisório fora de seu núcleo familiar, jurídica e serviços visando garantir a proteção integral e indivíduos em situação de risco pessoal e social com vínculos familiares, rompidos ou extremamente fragilizados , por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física, adequada oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade serviços também devem assegurar o fortalecimento dos

vínculos familiares e comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários, a proteção social especial de alta complexidade é composta por quatro serviços: serviço de acolhimento institucional, serviço desenvolvido nas modalidades: de abrigo institucional Casa Lar, Casa de passagem, por exemplo. Inclui também serviço de acolhimento em república, serviço de acolhimento em família acolhedora e o serviço de proteção em situações de calamidade pública e de emergência e todos estes serviços podem ser acessados pelos cidadãos sempre que for necessário.

De acordo com Behring (2010) a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS – julho de 2005), que materializa os fluxos de gestão do SUAS, e na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS- 2006), que estabelece perspectiva de gestão do trabalho, diretrizes para planos de cargos e carreiras, diretrizes para capacitação, responsabilidades dos gestores em relação aos trabalhadores nos vários entes federativos. Perante a todas as legislações é possível elucidar que a presença do Estado deverá ser de forma atuante na proliferação dos direitos, contudo vislumbramos desde as construções destes documentos uma ausência do Estado e na conjuntura atual é exposto uma fragmentação das Políticas Públicas.

Dissertaremos no item abaixo sobre o crescimento do aumento da oferta do Terceiro Setor mediante a transferência da responsabilidade do Estado para a Sociedade Civil.

2.4 O Crescente Aumento da Oferta do Terceiro Setor

Para tratar do crescimento e aumento da oferta do Terceiro Setor, devemos primeiramente relacionarmos o seu surgimento mediante a Sociedade Civil que realizou esta efetivação do Terceiro Setor, diante das demandas insurgentes da classe trabalhadora, no qual o Estado repassa sua obrigação perante a esta população.

Segundo Simionatto (2004), Gramsci mostra a Sociedade Civil é o espaço onde se organizam os interesses em confronto, é o lugar onde se tornam conscientes os conflitos e as contradições. Nele, a sociedade Civil é um momento da superestrutura ideológico-política e não, como em Marx, da base real. Essas esferas, contudo, não são independentes, pois estruturas e superestrutura se relacionam dialeticamente.

[...] o conceito de sociedade civil e a ligação que este estabelece com a sociedade política é um dos problemas-chave para a fixação de uma estratégia revolucionária diferenciada para o Ocidente. A mudança do conteúdo do termo “a sociedade civil” de Marx para Gramsci é fruto das novas condições históricas que se apresentavam na realidade ocidental. Essa análise é influenciada pela crise do Estado Liberal italiano e pelo advento do fascismo. (SIMIONATTO, 2004, p. 68)

De acordo com Simionatto (2004), a sociedade política, no pensamento gramsciano, indica o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante exerce a violência. Na sociedade política (Estado em sentido estrito, ou Estado-coerção), ocorre sempre o exercício da ditadura, ou seja, da dominação baseada na coerção. Em outros termos, o aparelho de coerção estatal assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.

Contudo Simionatto (2004), que o Estado moderno, as funções de hegemonia e dominação, ou coerção e consenso, podem ser apontadas. No entanto, o que permite que a postura do Estado seja menos “coercitiva” e mais “consensual”, imponha-se menos pela dominação e mais pela hegemonia, depende da autonomia relativa das estruturas e de como se colocam no interior do Estado as organizações de cada esfera.

Segundo Andrade (2006) nos anos 1970, sobretudo na América Latina, as organizações da sociedade civil surgiram com expressivo caráter político, atuando fortemente na redemocratização dos países, com ações voltadas para uma política social de desenvolvimento comunitário e para a execução de atividades de assistência e serviços nos campos de consumo, educação de base e saúde, entre outros.

Ainda segundo Andrade (2006) na década de 1980, a conjuntura latino-americana alterou-se significativamente. A maioria dos países estabeleceu um regime democrático, vivendo fortes crises econômicas e altos índices inflacionários. Os governos passaram a adotar uma política neoliberal de desenvolvimento, o que agravou a situação de pobreza nos países do Terceiro Mundo. Paralelamente, ocorreu o crescimento do setor informal da economia e aumentou o descrédito do Banco Mundial e das instituições internacionais quanto ao destino dado pelos órgãos governamentais aos recursos alocados em programas de desenvolvimento social.

De acordo com Duriguetto (2011), no Brasil nos anos 1990 assistimos uma reconfiguração dos movimentos sociais no cenário nacional. Muitos movimentos voltam-se para ocupação dos espaços na dinâmica do campo institucional estatal, como os Conselhos de Direitos.

Nestes anos também surgem mobilizações coletivas centradas demais em questões éticas e morais privados das reações da vida política nacional. Mobilizações que partem de um chamamento à consciência individual das pessoas e elas usualmente tem se apresentado mais como campanhas do que como movimentos sociais (GHON,1995, p.128).

Segundo Montaña (2008) destaca-se o movimento dos Carapintadas (final de 1991 e início de 1992) – movimento Pré-impeachment do presidente Collor de Melo, composto por milhões de estudantes e trabalhadores que tomam as ruas do país com a bandeira “Fora Collor” devido às denúncias de corrupção (de maio a setembro de 1992 é realizado o processo de impeachment do presidente), Movimento pela Ética Política (1992), Movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (entre 1993-1995, movimento criado pelo sociólogo Herbert de Souza, a partir do Movimento pela Ética na Política, que procurou sensibilizar diferentes camadas e setores sociais para o problema da fome). Uma outra tendência que se consolida nos anos 1990 e que tem relação direta com a temática dos movimentos sociais é o crescimento das ONGs e das políticas de parceria implementadas pelo poder público. Funda-se e expande-se o que podemos chamar de projeto do Terceiro Setor.

O Terceiro Setor surgiu devido à deficiência do Estado em atender questão social em vários segmentos sejam eles filantrópicos, culturais, científicos, recreativos, de preservação do meio ambiente e outros. O surgimento ocorreu através dos donos de grandes empresas capitalistas ligadas à classe burguesa, representando assim interesses classistas por trás desse “novo” setor.

Segundo Montaña (2008) desde a abertura dos anos 1990, a implementação das políticas de ajuste vem sendo apresentada, pelo capital e pelos governos, como a única saída para a “crise brasileira”. Como assinala Mota (2015), essa “crise” vem sendo enfocada através de uma “visão socializadora”, cujo objetivo é ganhar o consentimento dos trabalhadores acerca de novos valores políticos, sociais e éticos, que legitimem as mudanças requeridas pelo processo de reestruturação produtiva e o desmonte de mecanismos de proteção social.

De acordo com Silva (2010) um marco legal e regulador – compatível com o Plano de Reforma do Estado – das ações entre Estado e organizações da sociedade civil prestadoras de serviços sociais, foram promulgadas, em 1998 e 1999, leis voltadas para três modalidades de organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), o chamado Terceiro Setor.

Ainda segundo Silva (2010) nos três casos, de pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas à prestação de serviços sociais. As OS prestam serviços de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, preservação do meio ambiente, cultura e saúde. As organizações filantrópicas respondem pela Assistência Social beneficente gratuita. Enquanto no Terceiro Setor, o das OSCIPs, enquadram-se os mais variados serviços, desde a Assistência Social até as tecnologias alternativas. Mas, vale ressaltar que a lei estabelece um rol de organizações que não são contempladas na modalidade de organizações da sociedade civil de

interesse público, quais sejam: sociedades comerciais, sindicatos, instituições religiosas, partidos e suas fundações, entidades de benefício mútuo, empresas de planos de saúde, hospitais não gratuitos e suas mantenedoras, escolas privadas não gratuitas e suas mantenedoras, cooperativas, fundações públicas e organizações creditícias.

Segundo Landin (1993), o chamado terceiro setor é composto por um universo variado de instituições, que podem ser distribuídas em cinco categorias/temas:

1. Sociedades civis sem fins lucrativos ou entidades sem fins lucrativos -> trata-se de entidades que não tem percepção do mercado, não almejam o lucro,
2. Associações -> são entidades que se baseiam em um único interesse e são formadas a partir de contratos estabelecidos de forma livre,
3. Entidades filantrópicas, beneficentes ou de caridade -> são voltadas para o atendimento ao público externo,
4. Organizações não governamentais -> são constituídas por uma grande variedade de instituições e grupos que são independentes do governo e caracterizam-se por serem cooperativas e humanitárias, pode-se dizer que as ONG'S são entidades às quais as pessoas se vinculam por identificação pessoal com a causa promovida,
5. Fundações -> são pessoas jurídicas criadas a partir da destinação de patrimônio por pessoa física ou jurídica.

Segundo Montañó (2008), diante de uma estrutura social marcada pela desigualdade social, as consequências sociais desse desmonte e/ou dessas “reformas” também foram muito mais graves. Ao lado do acirramento e da ampliação das desigualdades foi gerada uma “nova exclusão” social de dimensões e características até então desconhecidas.

De acordo com Netto (2012), o ajuste neoliberal da crise preconiza a defesa do mercado livre como pressuposto da liberdade civil e política, a desregulamentação da economia e da administração a configuração do estado mínimo e máximo para o capital.

Segundo Andrade (2015), a relação do Estado quanto à responsabilidade no enfrentamento da questão social, mediante a transferência de responsabilidade do Estado para o Terceiro Setor, identificando erroneamente como a sociedade civil, altera substantivamente a orientação e a funcionalidade das políticas sociais.

Outro ponto que deve ser destacado é o fato de que por vezes essas organizações do terceiro setor são financiadas pelo próprio Estado configurando-se na chamada parceria entre setores. De acordo com Montañó (2008) o Estado fornece a essas organizações crédito fácil, isenção fiscal, facilidades legais destinam recursos financeiros, materiais e humanos.

Vale ressaltar também, que nos anos de 1970 e 1980 as ONG'S da América Latina tiveram crescimento quantitativo, isso aconteceu devido ao fato do financiamento dessas instituições ser realizado por meio de entidades internacionais, segundo Montaña (2008) a partir dos anos de 1990 essas instituições passam a se expandir devido à grande lacuna deixada pelo Estado na área social, sendo que nesse segundo momento o que se configura no contexto social, é o financiamento estatal voltado para essas organizações da sociedade civil na área social.

Ainda acerca do financiamento para as atividades desenvolvidas por instituições de Terceiro Setor, é possível constatar que no período do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde foi uma época de muitos investimentos do Estado nessa área.

Segundo Behring (2011) FHC criou o programa nacional de publicização criando as Organizações Sociais (OS – Contrato de Gestão), que alterou a natureza da relação do Estado com a área social, rompendo com o princípio da prerrogativa do estado. Tratava-se da instituição de uma nova institucionalidade juridicamente híbrida que: não assegurava o compromisso do Estado, inclusive mecanismo de financiamento, seria fortemente vulnerável aos grupos de interesse mediando o pior da tradição patrimonialista brasileira, possuiria mecanismos frágeis de controle social e pouca capacidade instalada. Essas características configuram um projeto inconsistente, e que implica na restrição do acesso a direitos e na segmentação dos usuários, em especial na área de saúde.

De acordo com Montaña (2008), o governo fez grande investida no programa Comunidade Solidária o qual era dirigido pela ex-primeira-dama, desviando dessa forma os recursos de atividades da responsabilidade estatal para o terceiro setor.

Porém, destaca-se aqui, que esse financiamento se dá de várias maneiras, não apenas pela esfera do Estado, mas principalmente na contemporaneidade se criam as formas específicas de captação de recursos por meio de telemarketing. A popularização da solidariedade se configura como uma estratégia que leva sujeitos individuais a serem os novos financiadores de tais entidades.

De acordo com Montaña (2008), diz que as fontes de recursos, que financiam o terceiro setor não se constitui mais fundamentalmente de grandes entidades doadoras, mas muito mais de pequenos e médios contribuintes, que devem ser identificados e “convencidos” do “bom” uso dos recursos.

Segundo Costa (2003) poderia apresentar três principais razões que explicam a emergência do Terceiro Setor:

1. A substituição gradativa e intencional das funções do Estado de Bem-Estar Social pelo chamado Estado Mínimo, resultante da implantação também gradativa da política neoliberal, levando ao sucateamento das políticas sociais públicas. Embora o Estado de Bem-Estar Social nunca tenha sido implantado efetiva e amplamente no Brasil, não podemos desconsiderar ações sociais de iniciativa pública, de importante presença no atendimento à questão social brasileira, reforçada, a partir de 1988, pela Constituição Federal seguida de diferentes leis orgânicas relacionadas ao atendimento a diferentes áreas e segmentos, que as promulgaram como dever do Estado e direito de cidadania,
2. A legislação social trazida pela Constituição Federal de 1988 e decorrentes Leis Orgânicas que, garantidoras dos direitos sociais e de cidadania, com ênfase na participação popular, implicou na necessidade do reordenamento técnico e administrativo das instituições estatais e da rede privada. Além disso, houve o surgimento cada vez mais atuante e participativo de grupos sociais organizados, buscando fazer valer os direitos e conquistas trazidas por essa legislação.
3. O acirramento da questão social: profundas desigualdades sociais, pobreza acentuada, fome, aumento da violência, etc.

De acordo com Montaña (2008) para além de outras determinações, esse fenômeno de crescimento das organizações do chamado terceiro setor nos anos 90, promovido pelas parcerias com o Estado, é, na realidade, uma verdadeira bolha. Esse crescimento só tem expressividade (e possibilidade) enquanto o Estado (e fundações ligadas ao capital) continuar (em) financiando-o.

Montaña (2008) diz que a bolha que mostrou um terceiro setor forte e crescente furar-se-á e mostrará seu interior gasoso, vazio de entidades sólidas, aí veremos, claramente, sem misticismos e fetichismos, o que foi historicamente perdido – sem a máscara de uma suposta transferência transitória e momentânea de setores, o conjunto de direitos, serviços, assistência sociais, conquistados ao longo de árduas lutas, desmancharam no ar como uma bolha de sabão.

Segundo Montaña (2008) os trabalhadores verão seus direitos sociais destruídos, as políticas públicas se preconizam e até desaparecerem parcialmente. E, por serem elas a base de sustentação funcional-ocupacional dos assistentes sociais, eles poderão ver seu espaço de inserção de trabalho deteriorado e significativamente diminuído e/ou fortemente modificado, seja em termos de demandas (aumento das atividades de triagem e seleção de pobres para o critério de focalização, gestão em R.H., gerência social, assessoria), de modalidade e espaço de intervenção, de estabilidade de emprego.

Neste item abaixo estará sendo disseminado a atuação do Assistente Social no Terceiro Setor e como as lacunas originadas pelo Estado, proporcionam este desenvolvimento da atuação do Serviço Social mediante as expressões da questão social.

2.5 Atuação do Assistente Social no Terceiro Setor

A profissão Assistente Social como visto anteriormente, surge a fim de responder às necessidades sociais, através do conhecimento, contrário à hegemonia do sistema capitalista, e nas diferentes formas que a questão social se materializa, atuando na viabilização de direitos aos cidadãos, por meio das políticas sociais em diferentes esferas públicas e privadas.

Segundo Almeida e Alencar (2011) às instituições filantrópicas constituem um dos campos mais tradicionais de atuação dos Assistentes Sociais, pois segundo os autores isso se justifica em função da trajetória histórica da assistência social no Brasil, alicerçada na filantropia, desenvolvida pelas instituições religiosas e de uma tardia intervenção do Estado no que tange à área social. O Serviço Social desde sua gênese mantém uma relação constante com as instituições de caridade, filantropia, entre outros, a discussão da atuação profissional se dá na verdade na permuta dos Assistentes Sociais de um espaço sócio ocupacional público para o privado.

Segundo Andrade (2015) são várias as expressões da questão social que levam o profissional de Serviço Social a trabalhar no Terceiro Setor como os fenômenos de fome, desemprego, violência, abandono, dentre outros, que vão desde a identificação com a causa trabalhada pela instituição, como a vontade de transformar em realidade através do trabalho desenvolvido pela equipe que compõe a instituição. No contexto atual nos deparamos com a consolidação do sistema capitalista, e o fortalecimento do Neoliberalismo, que tem como consequência a diminuição do quadro profissional do setor público, passando estes a ter sua administração e manutenção geridas pelo setor privado, bem como a diminuição do investimento nas políticas públicas que atendem as demandas apresentadas pela sociedade civil.

Para compreender as lacunas deixadas pelo Estado, que abrem espaços a atuação do Terceiro Setor e conseqüentemente abrem um campo de atuação para o Assistente Social, se fez necessário conhecer a trajetória das políticas sociais na sociedade brasileira.

Segundo Faleiros (1991) as políticas sociais no Brasil têm relação direta com as condições do País nos níveis econômicos, políticos e sociais, e são vistas como mecanismo de manutenção da força de trabalho e por vezes, também são vistos como conquistas da classe

trabalhadora, ou até como doação das elites dominantes e como instrumento na garantia do aumento da riqueza e dos direitos do cidadão.

A emergência e desenvolvimento de uma política social são, por um lado, a expressão contraditória da relação apontada [capital e trabalho], sendo, ao mesmo tempo, fator determinante no curso posterior desta mesma relação entre as forças sociais fundamentais. Assim sendo, para o campo das políticas sociais confluem interesses de natureza contraditória, advindos da presença de cada um destes atores na cena política, de sorte que a problemática da emergência da intervenção estatal sobre as questões sociais encontra-se quase sempre multideterminada. (TEIXEIRA, 1987, p. 48).

Segundo Behring & Boschetti (2011), não se pode precisar uma data para o surgimento das primeiras identificações das políticas sociais, pois elas se originaram da legitimação do capitalismo, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção do Estado. Sua origem tem relação com os movimentos da massa democrata e à formação dos estados-nação no Europa Ocidental no final do século XIX, contudo seu crescimento se deu na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista⁸, após a Segunda Guerra Mundial.

Foi no contexto de políticas sociais como sendo uma forma de controle da burguesia sobre a classe trabalhadora, trazido por Faleiros (1991), que o Serviço Social tem sua atuação, visto que ele se torna um responsável pela mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora, buscando a implementação das políticas sociais destinadas ao enfrentamento da questão social, que acaba tendo sua imersão na primeira metade do século XIX com o surgimento do pauperismo na Europa Ocidental, conforme afirma Pastorini (2010).

Segundo Piana (2009) no Brasil, as políticas sociais se dão de forma clara, através da Constituição Federal de 1988, que especifica o dever do Estado em prover de maneira universal os serviços sociais básicos, saúde, educação e previdência social, conforme apontado no tripé da chamada Seguridade Social, que define as políticas bem como a participação popular em cada uma delas. Aos longos dos anos foi possível observar um avanço no que diz respeito às políticas sociais, como por exemplo, a implementação de políticas específicas ao trato da Política de Assistência Social, como a PNAS de 2004 e o SUAS de 2005, trazendo uma ampliação ao campo de trabalho do Assistente Social, que têm nas políticas o seu campo empírico.

⁸ Capitalismo monopolista: corresponde a terceira fase do sistema econômico capitalista que surge em meados do século XX, com a Terceira Revolução Industrial e está presente até os dias atuais. Recebe esse nome posto que os bancos e outras instituições, ligados ao sistema financeiro, são os principais agentes desse período.

Porém o que se observa é que com a consolidação do sistema capitalista, os investimentos nas políticas públicas se tornam cada vez menores, o que acaba refletindo no atendimento dos usuários. Contrapondo ao cenário de desmantelamento de direitos e a redução de investimentos no social, cresce o cenário que envolve as instituições do Terceiro Setor, que veem nessa ausência do Poder Público o espaço a sua atuação, e este cenário se alarma com o avanço do neoliberalismo, que acaba por fragilizar as relações entre empregador e trabalhador, os vínculos tornam-se mais precários e o trabalhador acaba por ceder às pressões da classe dominante, o que também reflete na atuação do assistente social, que tem por objetivo atender as demandas do usuário, sem se impor ao empregador, atuante ao Terceiro Setor. O autor Andrade (2015) nos traz os seguintes apontamentos acerca da consolidação do neoliberalismo:

O neoliberalismo é um projeto global, dirigido pelo capital financeiro internacional. Buscando dar fim ao chamado Estado de bem-estar, passou a operacionalizar seu programa com a ajuda de alguns líderes políticos de vários países. Essas lideranças começaram a propor em seus planos de governo (baseados em documentos e acordos com organismos internacionais - FMI, BIRD, etc.) mudança na estrutura produtiva e política da sociedade, como a privatização de empresas estatais e serviços públicos e a desregulamentação das leis trabalhistas. (ANDRADE, 2015, p. 51).

Segundo Andrade (2015), compreender as condições do trabalho do assistente social no que se refere ao Terceiro Setor tem sua importância vista ampliação das demandas da sociedade civil e as respostas institucionais vindas do poder público que nem sempre as acompanha, o Assistente Social é um profissional assalariado e tem como atribuição o enfrentamento às diversas expressões da questão social inseridos no poder público nas instituições privadas e no chamado Terceiro Setor, este profissional atua numa realidade contraditória historicamente situada.

O Assistente Social se faz presente no Terceiro Setor de forma a atender as demandas apresentadas pela sociedade civil. É papel do Assistente Social a viabilização dos direitos do cidadão. No Terceiro Setor cabe a este profissional a realização de encaminhamentos que visam atender as demandas apresentadas, fazendo-se necessário desta forma um profissional capaz de executar a articulação entre as várias instituições do terceiro setor bem como as instituições do poder público.

Segundo Andrade (2015) "nada mais distanciado da realidade: o conservadorismo nos meios profissionais tem raízes profundas e se engana quem o supuser residual". No espaço de trabalho do Terceiro Setor faz comum a vinculação do trabalho de Serviço Social à filantropia, o que exige do profissional uma postura ética de forma a garantir o atendimento pautado nas legislações recorrentes da demanda trazida bem como o posicionamento do profissional em

suas atividades em concordância ao código de ética profissional. O Terceiro Setor exige do profissional o entendimento dos determinantes da questão social brasileira e suas diferentes manifestações bem como o entendimento das políticas sociais setoriais.

O trabalho do Assistente Social, como destaca Iamamoto (2008) deve ser direcionada conforme as três dimensões: técnico-operativa que tem por objetivo conhecer e apropriar-se do conjunto de habilidades técnicas para atendimento da população e exigências das instituições contratantes (Toniolo, 2008), teórico-metodológico, que se refere a uma relação entre o sujeito cognoscente, que busca compreender e desvendar essa sociedade e o objeto investigado (Iamamoto, 2008), ou seja, é o modo de ler, de interpretar e de se relacionar com o ser social, e ético-político, a prática do profissional se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista, relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.13).

No âmbito das instituições do terceiro setor, a atuação do assistente social deve estar pautada ao atendimento integral e de qualidade social, trabalhando na ênfase da garantia dos direitos de inclusão ao atendimento, mas também priorizando ações que possam caracterizar o alcance dos objetivos. Metas e diretrizes preconizados pelo planejamento estratégico da instituição para o qual deverá ter contribuição, sabemos que o Serviço Social surge do conflito de interesses de classe trabalhadora e burguesia sendo o mesmo presente na atuação das mediações em que as mesmas classes se situam bem como a atuação do Estado de forma a ampliar as políticas sociais.

[...] o mercado de trabalho aberto no "terceiro setor" parece não compensar, sob nenhum aspecto, a retração do mercado na órbita estatal para o Serviço Social. Não parece compensar em relação à quantidade dos postos de trabalho para os assistentes sociais criados na sociedade civil. Não compensa no tipo de vínculo empregatício: instável, flexível, sujeito a financiamento externo de projetos pontuais. Não compensa no tipo de prática demandada: dirigida cada vez mais à gestão de recursos humanos (RH), mais do que à implementação de serviços sociais, e voltada geralmente para uma prática voluntarista/assistencialista [...]. (MONTAÑO, 2008, p. 249)

Segundo Iamamoto (2015) um dos objetivos do trabalho do Assistente Social é a luta pela igualdade social, para além deste conceito, cabe ao Assistente Social também fazer o

indivíduo se reconhecer enquanto classe trabalhadora, para que o mesmo se posicione para de forma a lutar por seus direitos e impor-se contrário a alienação imposta pela classe dominante. O assistente social, através de seus conhecimentos teóricos e práticos, deve trabalhar com a prática intersetorial, articulando as demais políticas na forma de atender a demanda trazida por determinado indivíduo, desta forma no terceiro setor, além de oferecer os serviços ofertados por tal instituição, faz-se necessário também o movimento de articulação entre poder público e o terceiro setor.

[...] um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência, não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2015, p. 49)

A atuação do Assistente Social encontra-se pautada nas leis e regulamentações que regem a atuação profissional, como a Lei 8.662 - Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social, as Diretrizes Curriculares da profissão e o Código de Ética de 1993, entre outros, para que o profissional seja capaz de compreender as expressões da questão social e as relações sociais, o contexto político e socioeconômico no intuito de buscar a excelência ao serviço prestado aos cidadãos. É de suma importância para o bom desenvolvimento do trabalho do Assistente Social, conhecer o território e a historicidade da sociedade na qual está atuando, de forma a buscar e compreender a essência da realidade que os indivíduos atendidos vivenciam; como defende Karl Marx (2017) “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”.

Perante a construção do tópico sobre a oferta dos serviços de assistência social no município de Duque de Caxias, foi possível identificar no item abaixo como estes equipamentos são utilizados e distribuídos mediante a todos os distritos que compõe este município.

2.6 A Oferta dos serviços de Assistência Social no Município de Duque de Caxias

Segundo informações retiradas do site oficial do município de Duque de Caxias, o mesmo é localizado na Baixada Fluminense, abrigando atualmente quase um milhão de habitantes em seus 465 km². Seus limites estendem-se, atualmente, aos municípios de Miguel Pereira, Petrópolis, Magé, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Nova Iguaçu. A hidrografia pode ser resumida em quatro bacias principais: Iguaçu, Meriti, Sarapuí e Estrela. O município é dividido em quatro distritos: 1º- Duque de Caxias, 2º- Campos Elíseos, 3º- Imbariê, e 4º- Xerém.

Segundo Alves (2003) a história da criação da baixada fluminense é marcada pela violência, como aponta o autor é caracterizada pelo alto índice de homicídios. A história de Duque de Caxias confunde-se com a dos municípios que lhe são vizinhos, isso porque, até a década de 1940, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, juntos com Nova Iguaçu, formavam um só município.

Segundo Alves (2003), a região onde está inserido o município, desde o período da ocupação europeia, teve sua história estreitamente relacionada à da cidade do Rio de Janeiro, situando-se às margens da Baía da Guanabara, teve seu desenvolvimento ligado à extensa rede hidrográfica que a cortava. Através dos rios, realizava-se o escoamento da produção local e estabeleciam-se os elos de comunicação entre o interior e o litoral, favorecendo a ocupação das cercanias da Baía pelo interior serrano.

Segundo Alves (2003) esses reflexos da desigualdade e da violência que marcaram a história do município de Duque de Caxias, reflete ainda nos dias atuais, visto o grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade social, que precisam de alguma assistência vinda do Estado, no qual, este não vem suprindo todas as demandas e por muitas vezes é a sociedade civil que assume parte da responsabilidade promovendo ações assistencialistas, conforme afirma Baquero (2008) “a maior parte das iniciativas de combate à desigualdade social acaba se transformando em políticas assistencialistas que não alcançam o objetivo inicial de geração da igualdade social”. Segundo o Plano Municipal de Saúde 2010-2013⁹, Duque de Caxias possui o terceiro pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dentre os municípios vizinhos.

Segundo o Site Oficial da Prefeitura, o município de Duque de Caxias possui atualmente dez Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), sendo estes em: Lagunas e Dourados, Centenário, Jardim Gramacho, Parque Beira-Mar, Jardim Primavera, Figueira, Imbariê, Vila Maria Helena, Parada Morabi e Xerém, possui quatro unidades do Conselho Tutelar, além dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), do Centro Especializado em Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), infantil e álcool e drogas, e as unidades de acolhimento destinados aos idosos e às crianças e adolescentes, bem como a Casa de Passagem que atende à pessoas em situação de vulnerabilidade social. No entanto a quantidade de equipamentos pertencentes a política de assistência social do município não é suficiente, visto o número de pessoas que procuram o serviço, além do baixo investimento

⁹ Comparação do IDH de Duque de Caxias com o da capital e com o dos outros municípios da região, disponível no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. site: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/docannexe/image/2061/img-5.png>

nas políticas sociais, não atingindo a realidade que o município enfrenta, dando assim margem à atuação do Terceiro Setor.

Para compreender a atual conjuntura no que se refere às políticas públicas do município de Duque de Caxias, convém retomar a história, visto que ao longo dos anos, além da grande exploração, também encontramos grandes avanços tecnológicos, bem como políticas que marcaram toda a trajetória de Duque de Caxias.

Segundo Brotto (2012), a área da Baixada Fluminense congrega uma série de estágios de desenvolvimento e de organização social do Estado, tendo sido território de moradia de índios Tupinambás e de refúgio de escravos que construíram 109 quilombos. Destaca-se grandes avanços ao longo dos séculos que sucederam, sendo a Baixada Fluminense uma localidade de grande influência a história do Brasil e do próprio Estado do Rio de Janeiro, momentos que influenciaram também ao desenvolvimento social e econômico do município de Duque de Caxias, lugar de estudo dessa pesquisa que foi realizado dentro do 3º distrito do referido município.

Segundo Brotto (2012), o século XVI determina a distribuição das primeiras sesmarias no recôncavo da Baía de Guanabara, acontece um investimento no que tange ao deslocamento através dos rios, causando uma inclusão no que se refere às ocupações das terras, fato esse que se dá pela característica pantanosas da região. No século XVII, a ocupação territorial se fundamenta na produção açucareira, dando origem aos engenhos de açúcar e aguardente, trazendo como consequência o surgimento das Igrejas e posteriormente a formação de vilarejos em locais próximos aos rios que cercam a região da atual Baixada Fluminense.

No século XVIII é marcado pelas aberturas de caminhos terrestres, que influenciaram o ciclo do café, ganha-se destaque também, pela contribuição nas passagens para a área mineradora de Minas Gerais, servindo de ligação entre o Estado e a cidade Rio de Janeiro. No século XIX, temos como grande marco a implementação da estrada ferroviária, cortando toda a baixada, garantindo o acesso ao Porto de Mauá e a Central do Brasil, tendo como consequência o empobrecimento da região, aumento das doenças e a ocorrência de enchentes devido ao desmatamento e assoreamento dos rios que cercam a região da Baixada Fluminense.

Ao longo do século XX, a região da Baixada Fluminense perdeu relativamente sua influência política sob o Estado do Rio de Janeiro, devido aos fatos citados anteriormente no século XIX. Segundo Sousa (2008), esse período é caracterizado pelos investimentos nas áreas rurais, baseada no plantio de café, e posteriormente na citricultura. A política era caracterizada pelo Coronelismo e Comendadores.

[...] os grupos dominantes locais parecem se constituir de: grandes proprietários fundiários, dos quais uma parte não reside no local deixando as terras aos cuidados de administradores que paulatinamente adquirem poder local, tanto pela violência quanto pela intermediação de favores e posteriormente, pela ocupação e retalhamento de partes dessas terras, comerciantes locais residentes, interessados pela região e que crescentemente detêm o controle do poder político local, em função do absenteísmo dos proprietários originais, aventureiros e/ou apadrinhados menores dos poderes centrais, cujos ganhos derivam de especulação futura sobre o uso das terras (SOUZA, 2002, p. 85).

Segundo Alves (1998) a segunda Guerra Mundial que contribuiu para o processo de urbanização da Baixada Fluminense, num processo de tramitação de uma região predominantemente rural para uma área urbana. Ocorre uma mudança também no que tange a organização social, os coronéis começavam a perder espaço para figuras políticas emergentes cuja base de poder ainda não estava definida. As mudanças no cenário econômico e político, deu embasamento as emancipações das localidades que compunham a região, sendo o primeiro a se formar, o município de Nova Iguaçu, no ano de 1833, e no ano de 1943 ocorre a emancipação do município de Duque de Caxias, tendo como primeiro governante interventor Homero Lara e posteriormente mais nove interventores. (Segundo site oficial da prefeitura)

Homero de Lara assumiu prometendo à população aquilo que ela mais almejava: água encanada. Realizaram vários comícios de propaganda do governo, as valas foram abertas e as verbas gastas, mas a água, mesmo, nada. Não demorou muito e Lara foi substituído por Heitor do Amaral Gurgel, primo do Governador Amaral Peixoto [...] A prosperidade de Caxias despertou a cobiça de aventureiros e políticos inescrupulosos. O jogo e o lenocínio imperavam nos mafuás da cidade. (CAVALCANTI, 1986, p. 98)

As eleições foram suspensas, através da Lei nº 5449 de 4 de junho de 1968, que declara de interesse da segurança nacional os Municípios e dá outras providências, decretando assim que município de Duque de Caxias fosse administrado pelos militares. Somente em 1985, através das lideranças políticas, empresariais, sindicais e comunitárias, o município alcançou sua autonomia, elegendo através de voto popular direto Juberlan Francisco de Barros Oliveira como Prefeito de Duque de Caxias, e posteriormente os Prefeitos José Carlos Lacerda (vice-prefeito de Hydekel, tomou posse após sua renúncia), Moacyr Rodrigues do Carmo, José Camilo Zito dos Santos Filho, Washington Reis de Oliveira e Alexandre Aguiar Cardoso. (Segundo site oficial da prefeitura)

Segundo Brotto (2012) no que tange às políticas de assistência social nos municípios da Baixada Fluminense, o investimento feito era de apenas 2% da receita. A partir de 2004 o percentual cresce, mas ainda distante dos 5%, preconizados pela implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A trajetória da assistência social, como política pública, no município de Duque de Caxias se deu através da Lei nº 741, de 02 de julho de 1986, que

criou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, esta tinha como ações de plantões sociais, ofertas de empregos e triagem para emissão da carteira profissional e registro geral, porém ainda não havia uma definição do papel da secretaria no contexto das políticas públicas.

A participação popular na Política de Assistência Social tem ocorrido por meio dos Conselhos Municipais de Assistência Social, é o órgão que reúne representantes do governo e da sociedade civil para discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços socioassistenciais estatais e não estatais no Município. A criação dos conselhos municipais de assistência social está definida na Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993 (segundo o site oficial do MDS - Ministério de Desenvolvimento). Em Duque de Caxias, confirma afirma Brotto (2012), o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é criado em 1997, através da Lei nº 1321, e sendo recentemente substituída pela Lei 2.267, de 13 de junho de 2009. Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

Apenas através da Lei 1.072 de 23 de setembro de 1991, que reformula a denominação e a estrutura básica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e dá outras providências, passa a ser definida a Secretaria Municipal de Ação Social de Duque de Caxias, onde destaca-se o Departamento do Bem Estar da Família e do Menor, a Assistência e Promoção Social, Serviço de Assistência ao Menor e o Serviço de Recursos Sociais e Serviço Comunitário de Defesa Civil, tendo sua primeira sede no centro de Duque de Caxias, em concordância e consolidação do LOAS, e em 2004 do SUAS.

Em 2006 ocorre a mudança da Secretaria para sua sede atual, na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, ocupando um prédio de três andares e passando a denominar-se em 2009, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), assumindo o papel de organizar a política de assistência social do município, bem como estruturar os programas e projetos da área que lhe compete.

É possível identificar as fragilidades e lacunas abertas pela política de assistência social no município de Duque de Caxias, segundo Brotto (2012), a fragilização nos contratos de trabalho é um grande impasse enfrentado pela política em questão, na atual conjuntura os quadros de funcionários, em sua maioria está sendo constituído de profissionais contratados, com vínculos precários, onde estes profissionais acabam se sujeitando aos métodos impostos pelo capital. O município enfrenta uma crise que reflete diretamente na gestão pública,

acarretando no atraso do pagamento aos servidores, bem como a redução da receita no investimento da política em questão.

Frente a discussão levantada pelos autores desta temática, foi possível observar a tardia implantação da política de Assistência Social e Direitos Humanos no município de Duque de Caxias, bem como o pouco investimento, e as lacunas deixadas ao longo de sua historicidade, o que acaba dando brecha a ação do Terceiro Setor no Município, que visam atender as demandas dos usuários, bem como implementar projetos que visem a inserção econômica e cultura da comunidade onde os mesmos estão inseridos, realizando um trabalho que objetiva atender ao que o Estado não supre.

O capítulo III, tratará dos métodos, metodologia, tipo de pesquisa, o instrumento e procedimento, o universo e amostra, a análise de dados que integraram todo este estudo.

Capítulo III - Pesquisa de Campo

3.1 Metodologia

Segundo Minayo (1994) metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas, incluindo concepções teóricas de abordagem o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador, nesta mesma proporção a pesquisa científica, o objetivo desta pesquisa social está direcionado a atuação do Assistente Social inserida no Terceiro Setor do 3º distrito do município de Duque de Caxias, em prol de realizar uma análise da compreensão, bem como o aprofundamento do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social.

3.2 Método

O método utilizado na elaboração deste estudo foi o dialético-crítico, embasado na teoria social crítica de Marx, no que tange a ênfase desta pesquisa é o conhecimento da totalidade da atuação do Assistente Social dentro das instituições no Terceiro Setor do 3º distrito do município de Duque de Caxias, vislumbrando as estratégias utilizadas pelo Serviço Social entre os limites e possibilidades que são realizadas nos seus atendimentos dentro destes campos empíricos que subsidia esta análise. A pesquisa tem em conjunto com seus objetivos específicos buscar a totalidade da realidade existente na atuação do Assistente Social, avançando do senso da aparência e contemplando a essência da totalidade dos atendimentos do Serviço Social.

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 1989, p. 42).

Segundo Mendes e Prates (2007) a perspectiva dialética consiste, antes de tudo, em ver a vida como movimento permanente, como processo e provisoriedade, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais, de modo a superar uma visão estagnada de estados na medida em que se reconhece o movimento, o devir, que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso. Mediante a ascensão do Terceiro Setor em sua atuação é possível vislumbrar que este movimento está em contínuo processo devido à ausência do Estado, na atuação das Políticas Públicas ocasionando um aumento das expressões da questão social e neste mesmo intuito o governo vem retirando uma boa parte de sua

responsabilidade com a sociedade iniciando um processo de transferência de suas ações nos atendimentos da questão social para o chamado Terceiro Setor.

Perante estas transformações estes movimentos já haviam sido contemplados por Marx:

[...]. Desse modo, o esforço se volta para um único objetivo: demonstrar, mediante escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens das relações sociais e, na medida do possível, constatar de modo irrepreensível os fatos que servem de pontos de partida e de apoio. (Marx, 2017, p. 89)

Segundo Montañó (2008), há uma fragmentação, precarização e focalização nas políticas sociais, seguida de uma descaracterização dos direitos sociais conquistados pela a sociedade.

3.3 Tipo de Pesquisa

Este estudo possui caráter exploratório e bibliográfico, pois será feito uma busca para se aproximar da realidade do nosso objeto de estudo, o Terceiro Setor, onde iremos realizar um levantamento bibliográfico extraído de livros e artigos e através de entrevista semiestruturada e roteiro de entrevista.

Segundo Gomes (2011), a fase exploratória ¹⁰ consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo. É o tempo dedicado – e que merece empenho e investimento – a definir e delimitar o objeto, a desenvolvê-lo teórica e metodologicamente, a colocar hipóteses ou alguns pressupostos para seu encaminhamento, a escolher e a descrever os instrumentos de operacionalização do trabalho, a pensar o cronograma de ação e a fazer os procedimentos exploratórios para escolha do espaço e da amostra qualitativa.

De acordo com Gil (2008), nesta oportunidade também utilizaremos a pesquisa bibliográfica ¹¹ que é desenvolvida a partir de material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

¹⁰ As pesquisas exploratórias têm como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. (Gil, 2008, p. 27).

¹¹ Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (Gil, 2008, p. 27).

De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Por fim, é preciso afirmar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social. (MINAYO, 1994, p.14)

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.

Contudo, foi utilizado como método de pesquisa, de análise e de coleta de dados a metodologia qualitativa, com o objetivo de trazer para o estudo aspectos inerentes dos entrevistados acerca do tema exposto.

3.4 Universo / Amostra

O universo e amostra desta pesquisa corresponde às instituições do Terceiro Setor localizadas no 3º Distrito do Município de Duque de Caxias, aos quais estes campos empíricos apresentam-se registradas no Conselho Municipal de Assistência Social deste município, entretanto será contemplado neste estudo 2 (duas) destas organizações que são 1. Associação Educacional Homens de Amanhã – BETEL, 2. Lar Beneficente Amar, por possuírem em seu quadro de recursos humanos uma Assistente Social em cada uma delas, totalizando o universo de 2 (dois) profissionais do Serviço Social, no que tange a pesquisa estará obtendo-se seu universo perante a totalidade das Assistentes Sociais engendradas nesses campos empíricos.

3.5 Instrumento / Procedimento

O campo empírico desta pesquisa sucedesse voltada para o 3º Distrito do Município de Duque de Caxias, devido a inquietação de um dos autores ao residir próximo deste referido local, compartilhando suas inquietudes com os componentes desta pesquisa, trazendo uma

perspectiva voltada para um distrito que abrange vários bairros e perante a este lugar, como as instituições voltadas para o Terceiro Setor são fragmentadas em seus atendimentos, devido ao difícil acesso aos locais, o que dificulta em relação aos cumprimentos dos direitos dos acolhidos nessas organizações, como o acesso a saúde, educacional e na viabilização dos usuários em detrimento a uma reinserção familiar em sua nova construção de conceito podendo se afirmar que esta é constituída de pessoas unidas por relações de afeto independente de parentesco genético, uma vez que o modelo tradicional de família se modificou e laços familiares podem ser construídos com a convivência.

Com este intuito o presente estudo busca refletir acerca da utilização e da compreensão dos instrumentos e procedimentos sobre as metodologias trabalhadas na pesquisa. O primeiro instrumento utilizado foi a visita institucional, no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Duque de Caxias, onde foi possível evidenciar o registro das ONGs que se encontram registradas dentro deste município, ao qual será evidenciado pelo campo empírico desta pesquisa.

Mediante ao andamento do processo, concretizamos uma aproximação com os campos empíricos desta pesquisa usando o instrumento do contato telefônico, para a viabilização do estreitamento de laços, para que o prosseguimento e aprovação deste estudo fosse concretizado. Posteriormente será utilizado o instrumento da entrevista, pois iremos realizar a coleta de dados para nossa pesquisa entrevistando as Assistentes Sociais das instituições.

Segundo Gil (2008) pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Contudo, nossa entrevista será semiestruturada, onde permite um diálogo aberto, possibilitando uma visão geral das inquietações expostas.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), é de suma importância a execução deste instrumento, pois ele respeita e garante os direitos dos participantes da pesquisa. O TCLE será aprovado antes pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), onde o participante deverá assinar para comprovar que está participando do estudo ou pesquisa voluntariamente, é feito em duas vias, uma para o investigador e outra para o entrevistado.

3.6 Análise de dados

A análise de dados foi construída com base em entrevistas semiestruturadas, utilizando a instrumento face a face com as Assistentes Sociais dos campos empíricos: Associação Educacional Homens de Amanhã – BETEL, Lar Beneficente Amar, mediante a estas proposições do entrelace da atuação do Serviço Social diante do cenário do Terceiro Setor, no que tange a construção sociotécnico do trabalho, intervenção e viabilização de direitos dos usuários.

No que tange as entrevistadas das instituições apresentadas foi preservado o sigilo dos seus nomes e transferido para este estudo a nomenclatura fictícia de ambas as profissionais, que estamos apresentando como “Camélia e Orquídea”

Conforme apresentado no universo amostra, a pesquisa seria realizada perante a cinco instituições, entretanto as organizações: Lar Beneficente Arco Íris, Fundação Beneficente Evangélica Jesus de Nazaré e Grupo Espírita Consolador Prometido, não poderão participar deste estudo pelos motivos de não possuírem mais Assistentes Sociais em seu quadro de recursos humanos e no caso de uma delas não ter interesse de participar por motivos institucionais.

Em consequência deste fato das três instituições não poderem participar do estudo os autores desta pesquisa, cogitaram à hipótese de realizar em outras instituições para obtenção de uma análise de dados com uma maior amplitude sobre a atuação do Assistente Social inserida no Terceiro Setor, porém a ausência de tempo hábil para a concretização da pesquisa, ocasionou-se em uma impossibilidade que este estudo se direciona-se para outros campos empíricos, o fator gerado pelas desistências das instituições supracitadas acima e em seu movimento tardio, de informar aos pesquisadores sobre suas situações conflitantes apenas no final da pesquisa realizada, levaram este estudo a copilar-se perante a duas instituições, obtendo-se em sua análise de dados como informado no seu universo amostra referente a totalidade das organizações a serem pesquisadas.

As entrevistas foram analisadas e organizadas em eixos, visando uma maior compreensão e da problemática em debate.

3.6.1 Eixo I - As principais expressões da questão social, que são objetos de intervenção dos Assistente Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias.

Conforme Pastorini (2010) o problema real, interfere-se, não está em saber se a profissão se reconhece, ou não se reconhece, medularmente vinculada à “questão social”. O verdadeiro problema consiste na determinação rigorosa do conteúdo, da pluricausalidade e das refrações da ‘questão social’ e desta determinação decorre, em larga medida, a concepção mesma da profissão, sua funcionalidade, suas possibilidades e seus limites.

A partir das informações adquiridas pela autora supracitada acima, do que se trata as expressões da questão social, mediante a atuação do Assistente Social atuando no Terceiro Setor, podemos destacar uma das falas das entrevistadas, no que tange a sua atuação frente às demandas emergentes nas instituições do Terceiro Setor.

Na instituição que estou atuando as expressões da questão social que mais se dão ênfase são: crianças em situação de vulnerabilidade, abandono familiar, incidência de violência física e sexual, mediante a essas insurgências o Serviço Social tem em sua atuação o atendimento pautado no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e nas Legislações Vigentes. (Camélia)

De acordo com a realidade destacada pela entrevistada Camélia é observado as expressões da questão social vivenciada pelos acolhidos em consequência do abandono de seus familiares, como também foi expressivo a situação da vulnerabilidade e violência que vivenciam. Entendemos que a situação vivenciada pelos acolhidos requer uma intervenção realizada pelo Serviço Social, em prol da defesa dos seus direitos que estão postos no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), como também as ações voltadas juntamente com o Ministério Público (MP) para possibilitar que estes acolhidos possam ter uma nova reinserção familiar que podem ser das seguintes formas: família nuclear, família patriarcal, família monoparental, casais sem filhos; famílias unipessoais, famílias extensas, família homoafetiva, famílias consensuais, famílias por associação, para que estes usuários possam constituir uma nova estrutura de vida. Segundo Miotto (1997, p. 120) “núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos”.

No que tange a fala da entrevistada Orquídea podemos nos atentar para as emergências da questão social voltadas desta instituição para o atendimento de Pessoas Portadoras de Deficiências (PPD) e nas expressões da questão social geradas para o acesso dos direitos voltados para este público, que é garantido na Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, o qual é

institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) como citado em seus artigos 1º e 2º. “Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania e Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Lei 13.146, 06/07/15) ”

Na presente instituição ao qual faço parte as expressões da questão social que se apresenta são: as crianças em situação de abandono familiar, acolhimento de crianças e adultos com deficiência intelectual e múltiplas, nesta organização a atuação do Serviço Social diante deste processo se direciona a preservação da integridade social, ao direito da reabilitação e integração na sociedade. (Orquídea)

Conforme a colocação da entrevistada Orquídea, podemos observar uma certa semelhança entre as instituições nos fatores de abandono familiar, contudo no Terceiro Setor que compõe esta organização, pode se distinguir a questão em relação ao atendimento dos acolhidos com deficiência intelectual e múltiplas o que implica nesta instituição além da viabilidade de direitos dos usuários serem pautadas no ECA também devem ser relacionadas nas Leis que tratam dos deficientes físicos e mentais para que os direitos e acesso aos programas de transferência de renda possam ser viabilizados aos usuários em prol do melhoramento da qualidade de vida, devido que na maioria dos casos estes acolhidos passam a sua vida sendo institucionalizada.

Podemos citar o código de ética da profissão do Serviço Social, que em seu princípio “V - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. (CFESS, 2012, p. 127) ”. A equidade de direitos dos acolhidos nesta instituição a Assistente Social, vem em sua intervenção redigir o acesso às políticas sociais para que sejam viabilizados.

3.6.2 Eixo II - A intervenção do trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias.

Segundo Guerra (2000), Serviço Social é criado pelas existências das necessidades sociais (que se traduzem em demandas) e que historicamente a profissão adquiriu este espaço quando o Estado passa a interferir sistematicamente na questão social (de conteúdo

fundamentalmente econômico e políticos), por meio de uma determinada modalidade de atendimento, sendo as políticas sociais. Esse movimento culminou posteriormente na inserção do Serviço Social na divisão sociotécnico do trabalho (melhor dizendo da sua subjetividade como força de trabalho), conforme a autora afirma abaixo:

O ponto de partida do debate é, certamente, a concepção da profissão elaborada pela autora na década de 80. A hipótese é que essa análise da profissão inserida na divisão sociotécnico do trabalho foi largamente incorporada pela categoria profissional, tornando-se domínio público, o mesmo não ocorrendo com seus fundamentos referentes ao processo de produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO 2008, p. 213).

De acordo com os relatos das Assistentes Sociais entrevistadas a atuação na divisão sociotécnico do trabalho diante das instituições do Terceiro Setor, seguem em prol da viabilidade dos direitos sociais.

Ambas as entrevistadas citam que o trabalho do Assistente Social, ocorre através do fortalecimento do vínculo familiar no intuito de reintegração do acolhido à sua família, seja ela natural, extensa ou adotiva. (Camélia e Orquídea).

Podemos compreender que durante o acolhimento institucional, o Assistente Social realiza seu trabalho buscando atender as demandas apresentadas pelo usuário, bem como de sua família, sendo a principal expressão da questão social identificadas, no atendimento às famílias é o consumo de drogas lícitas e ilícitas.

Essa realidade perversa precisa ser compreendida pelo profissional de Serviço Social como uma demanda que necessita ser enfrentada a partir de todo um aparato teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, entendendo que embora atender as famílias não irá acontecer de forma continuada, e que esta precisa ser orientada a procurar os serviços pertinentes para que possam ser efetuadas as demandas que foram apresentadas, entretanto para uma efetivação do processo destes acolhidos o direcionamento sobre a reintegração familiar, necessita que tantos os usuários como esta nova estrutura sendo ela família direta ou indireta é um procedimento que dependem de vários profissionais na reestruturação destes vínculos diante de todos os envolvidos.

Entretanto podemos elucidar que o processo sociotécnico do trabalho de ambas as Assistentes Sociais, para a busca de acesso e viabilidade de direitos de seus usuários vem se expressar através de criação de estratégias para que estes acessos sejam atingidos. Segundo Faleiros (2015, p. 109) “Uma estratégia se define numa correlação de forças e de recursos disponíveis a serem mobilizados”. Perante a esta citação a articulação entre as redes vem

possibilitar que os encaminhamentos direcionados durante estes atendimentos proporciona uma viabilidade de acesso às políticas sociais na concessão de direitos.

3.6.3 Eixo III - As possibilidades de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias.

De acordo com Ronconi (2003), o assistente social, a partir da compreensão do contexto em que estas organizações estão inseridas e da consciência de suas competências dentro desse espaço de intervenção, poderá efetivar uma prática de gestão social guiada pelo Projeto Ético Político da profissão. Mediante a esta colocação o Assistente Social em sua atuação no Terceiro Setor deve buscar criar estratégias para que a sua prática venha contribuir para a materialização do projeto profissional nos espaços sócio-ocupacionais.

O Assistente Social, ao buscar alternativas para construir um novo perfil profissional, pode vir a conhecer e apropriar-se da problematização micro (conhecimento da conjuntura local, do cotidiano, do dia a dia, etc.) e macro (relações de produção e reprodução do sistema capitalista, etc.) sociais, ser um ser sócio transformador, construtor da realidade e de sua própria história. (ANDRADE, 2006, p. 154)

As entrevistadas retratam que a possibilidade mais interventiva nos seus processos sociotécnico do trabalho é o envolvimento direto da utilização da categoria instrumentalidade em produzir pareceres, relatórios com o direcionamento para o Ministério Público e que esta articulação viabiliza o acesso aos direitos dos usuários.

Perante a atuação do Serviço Social a possibilidade identificada é o livre acesso a realização de pareceres, junto ao Ministério Público (MP), para a viabilização dos direitos dos acolhidos, no qual a instituição em que trabalho não tem nenhuma recessão deste contato direto com o MP. (Camélia)

Diante da reflexão da entrevistada Camélia foi demonstrado que em sua intervenção junto ao Ministério Público, tem ocorrido através de um direcionamento de forma ampla e sem nenhuma insurgência por parte da instituição, o que ocasiona um acesso mais focalizado na viabilização dos direitos destes acolhidos.

Nesta instituição a possibilidade encontrada foi plena concessão de acesso em busca da viabilidade dos direitos dos acolhidos. (Orquídea)

Contudo a entrevistada Orquídea demonstrou que as possibilidades em sua intervenção estão atreladas a autonomia relativa que o assistente social pode exercer na instituição, não sofrendo nenhum tipo de repressão, pelo contrário as profissionais no seu cotidiano têm

conseguido elaborar e implementar uma atuação crítica e comprometida com os direitos sociais dos acolhidos.

Quando identificamos por meio da entrevista a possibilidade de um fazer profissional ético, podemos constatar que em meio à crise do capital, ao processo de racionalização das políticas sociais e precarização do mercado de trabalho ainda existe Assistentes Sociais comprometidas e entendedoras do seu fazer profissional que sofre influência direta quando este é reconhecido como um técnico essencial na luta pela garantia de direitos dos indivíduos.

Segundo Iamamoto (2009), a autonomia é direcionada entre as relações de forças econômicas, políticas e culturais dentro da sociedade, uma forma particular de distinguir os espaços ocupacionais, onde são construídas as relações dos indivíduos sociais que se determina como o Estado, empresas capitalistas, as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas do controle democrático.

3.6.4 Eixo IV – Os limites de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias.

De acordo com Vasconcelos (2012), o Assistente Social perante a sua intervenção profissional durante os atendimentos, deve ser ter uma leitura ampliada das relações sociais, que movem a realidade do usuário, considerando a totalidade das expressões da questão social. Dessa forma, o Serviço Social poderá transformar os limites que se apresentam em sua intervenção na criação de estratégias para atingir a viabilidade dos direitos dos usuários.

Cabe ao profissional de Serviço Social deve “sinalizar os determinantes sociais e estabelecer relações e conexões necessárias entre as diferentes especialidades e a questão social.” (Vasconcelos, 2012, p. 435).

Uma das entrevistadas afirma que:

Mediante a instituição que atuo pode se relacionar a falta de investimentos das políticas sociais, direcionadas para atuação da organização onde, os investimentos vêm sendo represados, com esta falta de financiamento trás para a organização um déficit perante ao atendimento de qualidade na manutenção da instituição, o que ocasiona alguns fundos direcionados por outras entidades. (Camélia)

Neste âmbito, conforme afirmação da entrevista da Camélia, foi possível identificar que mesmo para atuação do Terceiro Setor, as políticas sociais também sofrem, com a falta de repasse de verbas, o que ocasiona um atendimento com pouca qualidade para os acolhidos e a difícil manutenção da instituição. O resultado dessa precarização é a busca por processos

organizacionais para obterem um financiamento que vem sendo repassados por outras entidades não governamentais.

Diante da limitação que possuímos na instituição podemos sinalizar a falta de condições do veículo que a organização pré disponibiliza para a atuação das visitas domiciliares, contudo este automóvel encontra-se por diversas vezes sem acesso para que estas intervenções possam ser realizadas, diante deste percalço podemos concluir que muitos processos poderiam ser viabilizados de forma mais rápida se o acesso fosse proporcionado com mais eficiência. (Orquídea)

De acordo com Iamamoto (2015) o Estado vem repassando suas responsabilidades para à sociedade civil, e com este movimento de transferência o Terceiro Setor tende-se assumir muitas das demandas pertencentes ao Estado perante a está sociedade , porém estes repasses na atuação surgir conflito de interesses entre a viabilidade de direitos da população com o movimento capitalista, onde o percalço fica cada vez mais presente para o capital e a sociedade brasileira sofre mediante as expressões da questão social, “reforça-se o discurso da coesão social, da complementaridade entre as classes, da unidade entre capital e trabalho, entre Estado e sociedade civil” (IAMAMOTO, 2015, p. 139).

Podemos refletir que estas divergências de responsabilidades entre o Estado e o Terceiro Setor, se refletem nas questões financeiras, onde a falta destes repasses atingem diretamente na manutenção destas instituições, e no que tange ao serviço prestado para os usuários ficam com a qualidade prejudicada, neste processo o Serviço Social, acaba sofrendo também em sua atuação quando os déficits entre estes órgãos ocasionam uma ausência na viabilidade dos direitos dos usuários.

3.6.5 Eixo V – Acerca das estratégias que podem ser adotadas pelos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias, diante dos limites existentes na contemporaneidade.

Segundo Iamamoto (2015), o processo sociotécnico do trabalho, que são inseridos nas políticas sociais, e nos espaços públicos e a ampliação das possibilidades da apropriação pela sociedade civil, que estendesse os canais de interferência da população na gestão pública, como estes espaços estão direcionados a esta gestão o Estado retira-se de sobre si a responsabilidade social e transfere estes atos para o Terceiro Setor, contudo na aplicação das verbas de gestão para estes setores são conduzidas de formas restritivas para que as instituições realizem um trabalho de qualidade na viabilização dos direitos sociais.

As estratégias criadas perante aos limites encontrados na contemporaneidade na instituição da qual faço parte podemos elucidar que seja a falta de investimentos nas políticas públicas na construção de direitos dos acolhidos, o que nos leva a criação na efetivação destes direitos uma busca por equipamentos e parceiros que possam auxiliar nestes processos. (Camélia)

Percebe-se que as Assistentes Sociais demonstram uma preocupação no que se refere a distribuição de rendas por parte do Estado para a manutenção da instituição, e como esta falta de investimento intervém diretamente na viabilidade de acesso aos direitos sociais, que seriam concedidos para os acolhidos e como esta interferência se torna cada vez mais conflitante no que tange a falta deste estreitamento de interesses para a concepção dos direitos dos usuários que transitam nesta instituição.

Na instituição que atuo os limites existentes na contemporaneidade, são as faltas de investimentos, a falta de atuação direta do Estado em relação aos direitos sociais, as estratégias criadas para a efetivação das intervenções com maior eficácia, são os estreitamentos entre as redes referenciadas diretamente nos processos aos cuidados com os portadores de necessidades especiais, que atuamos aqui na instituição e como está articulação é possível viabilizar o acesso dos acolhidos. (Orquídea)

Conforme o depoimento acima, verificamos que em ambas as Assistentes Sociais, declaram e elucidam como a falta de recursos financeiros destinados as políticas sociais dificultam o acesso dos acolhidos em sua viabilidade de direitos e como a instabilidade criteriosa para a concessão destes direitos tornam cada vez mais difícil que o acesso seja proporcionado aos que necessitam da assistência social.

Em detrimento da falta de recursos e investimentos nas instituições pesquisadas, as Assistentes Sociais detém-se de criação de estratégias para viabilizar os direitos dos usuários, um dos recursos é a utilização da comunicação entre redes o que ocasiona alguns acessos diante das políticas sociais, contudo não o suficiente para a execução total das expressões da questão social atendidas, outro fator evidenciado foi o acesso direto ao Ministério Público, onde os processos são efetivados perante os atendimentos e necessidades dos acolhidos.

De acordo com Faleiros (2011) a perspectiva da articulação da estratégia, é visualizar a relação de forças, recursos, problemas, o que torna a relacionar essa problematização na busca de um recurso para solucionar e viabilizar o direito e que esta articulação proporcionará o enfrentamento das expressões da questão social na concessão de direitos dos usuários.

Pode-se mencionar que as estratégias do Estado em realizar uma redução de seus investimentos em participação na sociedade e os desafios enfrentados pelas Assistentes Sociais inseridas no Terceiro Setor, gera para estas profissionais a movimentação de criação de mecanismos para viabilizar os direitos dos acolhidos nas instituições, como também uma

articulação entre as redes para proporcionar que estes direitos sejam alcançados e disponibilizados perante aos usuários que estão sendo atendidos dentro destas organizações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a elaboração e conteúdo exposto nesta monografia, foi possível considerar o papel que o Terceiro Setor vem assumindo no atual contexto social brasileiro, onde o mesmo busca atender a demanda da sociedade civil, visto que o Estado não se mostra capaz de atendê-la em sua totalidade, buscando como alternativa as instituições que compõem o Terceiro Setor, criando uma alienação na sociedade, fazendo com que acreditem que suas exigências e direitos estão sendo atendidos por estas instituições, quando na verdade cabe ao Estado o provimento dos direitos sociais conforme previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Mediante a este processo neoliberal o Terceiro Setor precisa de um profissional que atue perante as necessidades emergentes, neste momento ingressa o Assistente Social para viabilizar a concessão de direitos frente às demandas que emergem nesta sociedade civil.

Logo, a importância dessa pesquisa, acerca do Terceiro Setor, deve-se ao crescimento do mesmo, em comparação a ausência das políticas sociais, bem como o repasse que o Estado deveria efetuar para a manutenção das mesmas.

Para se atingir uma compreensão desta realidade, definiram-se cinco objetivos específicos: identificar as principais expressões da questão social, que são objetos de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor no 3º distrito de Duque de Caxias; conhecer a intervenção do trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município; reconhecer as possibilidades de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias; inventariar os limites de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias e refletir acerca das estratégias que podem ser adotadas pelos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias, diante dos limites existentes na contemporaneidade do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias. Objetivos esses que foram respondidos através de questionário e entrevista.

A entrevista semiestruturada conseguiu nos mostrar o trabalho que o Assistente Social realiza dentro de uma instituição terceirizada, onde esse trabalho ocorre através do fortalecimento do vínculo familiar, com o objetivo de reintegrar o acolhido à família. Foi possível identificar que as principais expressões da questão social apresentadas nestas

instituições são crianças em situação de vulnerabilidade, abandono familiar, violência física e sexual, crianças e adultos com deficiência intelectuais e múltiplos.

Para mais, também foram observadas, as dificuldades e possibilidades que essas profissionais encontram e lidam em seu cotidiano no âmbito profissional, podemos notar que estas dificuldades enfrentadas pelas Assistentes Sociais do Terceiro Setor não são diferentes das Assistentes Sociais que trabalham em equipamentos públicos.

Atualmente observando-se o cenário que vivemos na atualidade é possível perceber que o Estado em sua transferência de responsabilidade para o Terceiro Setor em prol de uma gestão indireta, realiza nesta engendramento uma dinâmica que ocasiona a falta de investimentos nas políticas sociais, e neste mesmo movimento a um desmantelamento dos direitos sendo repassados em formas mínimas para a população, vindo com um viés de suprir o necessário para esta sociedade, não realizar questionamentos sobre as expressões da questão social vivenciada no dia a dia.

Onde está população vem sofrendo com as manutenções de suas expressões da questão social sendo concedidas de forma primária, além de não questionarem sobre seus direitos ainda se sintam em dívida pela concessão recebida e não percebem que estes mesmos direitos lhe são concedidas em prol de uma Lei constituída e é uma obrigação do Estado manter o que foi concedido por Lei como viabilização dos direitos para toda a sociedade brasileira.

Dada à importância do assunto, ficou mais do que claro que o Estado carece de investir nas políticas sociais, onde setores privados e públicos que tem feito este papel em sua atuação de gestão perante as demandas emergentes da sociedade não dão conta, visto que estas expressões da questão social ocasiona uma ampla demanda, para poucos recursos sendo investidos.

Por fim, a construção deste estudo vem a contribuir para nossa capacitação como futuros Assistentes Sociais, como acadêmicos e principalmente contribuir para que a sociedade venha enxergar e compreender as deficiências do Poder Público, que se perpetuam por anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro. **Terceiro Setor: História e Gestão de Organizações.** Ed. São Paulo, Summus, 2006

ALMEIDA, Maria Helena Tenório de, BEHRING, Elaine Rossetti. **Trabalho e Seguridade Social: Percursos e Dilemas.** Ed. São Paulo, Cortez, Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas.** São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense.** Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003

_____. **Baixada Fluminense: A Violência na Construção do Poder.** Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Sociologia/USP, 1998.

ANDRADE, Renato. **Serviço Social, Gestão e Terceiro Setor: Dilemas nas Políticas Sociais.** Ed. São Paulo, Saraiva, 2015

_____. **O Enfrentamento da Questão Social e o Terceiro Setor: O Serviço Social e suas Condições de Trabalho nas ONGs.** Vila Velha: Univila, 2006.

BAQUERO, M. **Democracia Formal, Cultura Política Informal e Capital Social no Brasil.** Revista Opinião Pública. v. 14, n. 2. Campinas: 2008.

BARROCO, Maria Lucia Silva, TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social - Comentado.** Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** Ed. São Paulo, Cortez, 2011

BONETTI, Dilséa Adeodata, CARVALHO, Maria do Carmo B., SPOSATI, Aldaíza, YAZBEK, Maria Carmelita. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras – Uma Questão em Análise**. Ed. São Paulo, Cortez, 2014

BRASIL. Capacita Suas Volume 1 (2008) SUAS: **Configurando os Eixos de Mudança / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo** – 1 Ed. – Brasília: MDS, 2008

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº. 8.662, de 07 de junho de 1993**, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei N. 5.449, 4 de junho de 1968** - Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências.

_____. **Lei N. 8.742, de 7 de dezembro de 2003** - Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

BROTTO, Marcio Eduardo. **Mudar para Permanecer? História, Cultura Política e Assistência Social em Duque de Caxias/RJ**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica/PUC 2012.

Câmara Municipal de Duque de Caxias/CMDC. **Lei N. 741, 02 de julho de 1986** -Cria as Secretarias: de Agricultura e Abastecimento, de Comércio e Indústria, de Esportes e Lazer, de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, de Transportes.

_____. **Lei N. 2.267, 13 de junho de 2009** - Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

_____. **Lei N. 1072, 23 de setembro de 1991** - Reformula a denominação e a estrutura básica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e dá outras providências.

_____. **Lei N. 1321, 28 de maio de 1997** - Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Assistência Social, do Fundo Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e Projetos Profissionais: Os Diferentes Caminhos do Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2013.

CARVALHO, Raul de, IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-Metodológica**. Ed. São Paulo, Cortez, 2007

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Ed. São Paulo. Cortez. 2011

CAVALCANTI, S. T. **Tenório, Meu Pai**. São Paulo: Global, 1986.

CAVALCANTI, Ludmila Fontenele, REZENDE, Ilma. **Serviço Social e Políticas Sociais: Série Didáticos**. Ed. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2011

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO. **Assistente Social: Ética e Direitos**. 4 Ed. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região, 2007.

COSTA, Selma Frossard. **Gestão de Pessoas no Terceiro Setor**. In: *Revista Integração (eletrônica), CETS/FGVSP, novembro de 2003. Nome do artigo: O Serviço Social e o Terceiro Setor*. Artigo, disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm; Visualizado no dia 03/09/2018

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. Ed. São Paulo: Atlas 1995

_____. **Avaliação Qualitativa: Polêmicas do Nosso Tempo**. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

DESLANDES, Suely Ferreira, GOMES, Romeu, MINAYO, Maria Cecília de Souza, NETO, Otavio Cruz. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

DURIGUETTO, Maria Lúcia, MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. Ed. São Paulo: Cortez, 2011

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) – **Decreto nº 12, de 18 de Janeiro de 1991**.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. Ed. São Paulo, Cortez, 2011

_____. **O Que é Política Social?**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Saber Profissional e Poder Institucional**. Ed. São Paulo, Cortez, 2015.

FERNANDES, Rubem César. **O Que é Terceiro Setor?** In: IOSCHIPE, Evelyn et al. 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Privado Porém Público: O Terceiro Setor na América Latina**. Ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

FERREIRA, José Roberto Martins. **História**: Martins. São Paulo: FDT, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Ed. São Paulo: Atlas, 2008

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade. XX, Nº 62, P. 18, São Paulo, Cortez, 2000

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos Sociais e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. São Paulo: Livraria Loyola, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. Ed. São Paulo: Cortez, 2008 e 2015

_____. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. In: CFESS. **Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social.** Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Trabalho e Indivíduo Social.** Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KARL, Marx. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I O Processo de Produção do Capital.** Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANDIN, Leilah (Org). **Para Além do Mercado e do Estado: Filantropia e Cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa, Iser, 1993

MENDES, Jussara M. R., PRATES, Jane C. **Algumas Reflexões Acerca dos Desafios para a Consolidação das Diretrizes Curriculares.** Temporalis, Brasília, ABEPSS, n. 14, 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e Serviço Social: Contribuições para o Debate. Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 55, p. 114-130, abr, 1997.

MONTAÑO, Carlos. **Das “Lógicas do Estado” às “Lógicas da Sociedade Civil” Estado e Terceiro Setor em Questão.** Revista Serviço Social & Sociedade, n. 59, São Paulo, Cortez, 1999.

_____. **O Serviço Social Frente ao Neoliberalismo: Mudanças na sua base de Sustentação Funcional – Ocupacional.** Revista Serviço Social & Sociedade, n. 53, São Paulo, Cortez 1997

_____. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social.** Ed. São Paulo: Cortez, 2008

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social.** Ed. São Paulo. Cortez. 2015

MORO, M. D., MARQUES, M. G. **A Relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade.** Ed. Temporalis, Brasília (DF), 2011

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós 64**. Ed. São Paulo, Cortez, 2015

_____. **A Questão Social na América Latina. In.: A Questão Social e as Políticas Sociais no Contexto Latino-Americano**. Maria Lucia Teixeira Garcia, Eugênia Célia Raizer (Orgs.). Vitória, ES: EDUFES, 2012.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. Ed São Paulo. Cortez. 2011

_____. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

O CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CNSS - **Resolução CNSS nº 9, de 09 de Julho de 1993** - DOU de 12/07/1993 Decreto - Lei nº 5.697, de 22 de Julho de 1943.

OLIVEIRA, E. A. de. **O Atual Estágio de Acumulação Capitalista: Destruição Criativa ou Criação Destrutiva?** In: Serviço Social & Sociedade. Ed. São Paulo, Cortez, 2005

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em Debate**. Ed. São Paulo, Cortez, 2010

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do Perfil do Assistente Social no Cenário Educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p.233

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de Mediação entre a Teoria Marxiana e o Trabalho do Assistente Social**. Tese de Doutorado, Porto Alegre, PUCRS, 2003.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. **Gestão Social e Economia Solidária: Desafios para o Serviço Social**. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. Disponível em: Acesso em junho de 2016.

SILVA, Ademir Alves da. **A Gestão da Seguridade Social Brasileira: Entre a Política Pública e o Mercado**. Ed. São Paulo, Cortez, 2010

SILVA, Maria Liduína de Oliveira [ORG]. **Serviço Social no Brasil: História de Resistências e de Ruptura com o Conservadorismo**. Ed. São Paulo, Cortez, 2016

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação Profissional do Assistente Social: Inserção na Realidade Social e na Dinâmica da Profissão**. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMONATTO, Ivete. **As Expressões Ideoculturais da Crise Capitalista na Atualidade e sua Influência Teórica-Política**. Ed. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009

_____. **Estado e Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Reinvenção da Política ou Despolitização?** Revista Katalysis , Florianópolis, v. 7, n.1, 2004

_____. **GRAMSCI Sua Teoria, Incidência no Brasil, Influência no Serviço Social**. Ed. São Paulo, Cortez, 2011

_____. **Dimensões Históricas e teóricas do Serviço Social na Contemporaneidade e suas Mediações. Formação Profissional - Um projeto de atualização**. São Paulo: Cortez/ UFSC, 1999

SOUSA, Charles Toniolo de. **A Prática do Assistente Social: Conhecimento, Instrumentalidade e Intervenção Profissional**. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipacao>

SOUZA, M. S. de. **Escavando o Passado da Cidade. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local: 1900-1964**. Niterói: Universidade Federal Fluminense/UFF, 2002. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, N. R. O. e OLIVEIRA, A. L. S. (Orgs). **Política de Assistência Social no Brasil: Desafios para o Assistente Social**. II Simpósio do Serviço Social do Comaer, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. **O Primeiro Ano do Sistema Único de Assistência Social**. In: Serviço Social & sociedade, n. 87. São Paulo, Cortez, 2006.

_____. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma Questão em Análise**. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

TEIXEIRA, J. B. **Política Social e Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 25, n.1, p.65-79, set. 1979.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A Assistência Social na Prática Profissional: História e Perspectivas**. In: Serviço Social & Sociedade, Ed. São Paulo, Cortez, 2006.

_____. **Assistência Social Brasileira: Limites e Possibilidades na Transição do Milênio**. Ed. São Paulo, Julho de 2001 (Mimeo).

_____. **Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 3. Rio de Janeiro. Ed. Graflin, Jan.-Jun. 2001.

_____. **Serviço Social e Pobreza**. Revista Katálisis. *Online version* ISSN 1982-0259. Rev. katálisis vol.13 no.2 - Florianópolis 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000200001. Visualizado no dia 03/09/2018

VASCONCELOS, A. M. **A Prática do Serviço Social: Cotidiano, Formação e Alternativas na Área da Saúde**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

I – Identificação:			
Nome:			
Idade:	Sexo:	() F () M	Raça/cor:
Ano de Formação:			
Local:			
Pós Graduação - Especialização (Lato Sensu):			
Pós Graduação - Especialização (Stricto Sensu Mestrado)			
Pós Graduação - Especialização (Stricto Sensu Doutorado)			
Ocupação na instituição:			
Há quanto tempo está na instituição:			
Qual o seu vínculo de trabalho e carga horária nesta instituição?			
Há quanto tempo atua na Política de Assistência Social e quanto tempo atua no Terceiro Setor:			
Possui estagiários? Se sim quantos e quais os benefícios para este processo? No caso			
de a resposta ser não justifique:			
Qual foi sua atuação profissional anterior:			
II - Específicas do Trabalho			
Relate sua experiência profissional nesta instituição do Terceiro Setor?			
A instituição incentiva a participação em eventos ligados as políticas sociais e aos debates que envolvem a temática do Serviço Social?			
II – Demandas e instrumentos			
Quais são as principais expressões da questão social atendidas na instituição pelo Serviço Social?			
O que o Assistente Social realiza em seu processo de intervenção neste espaço diante das expressões da questão social?			
Quais são as principais possibilidades do trabalho do Assistente Social em uma instituição do Terceiro Setor?			
Para você, o que limita a atuação do Assistente Social nesse espaço do Terceiro Setor?			
Quais são as estratégias utilizadas pelo Assistente Social mediante aos limites existentes na contemporaneidade na viabilização dos direitos dos usuários?			

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: **Qual a atuação do Serviço Social nas instituições do Terceiro Setor do 3º Distrito do Município de Duque de Caxias frente às expressões da questão social.** Você foi selecionado para participar desta pesquisa com o critério de estar atuando como Assistente Social em uma instituição do Terceiro Setor do 3º distrito do município de Duque de Caxias e sua participação nesta pesquisa consiste em conceder uma entrevista com questões previamente elaborados sobre a temática deste estudo. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição envolvida no processo.

Os objetivos deste estudo são: Identificar as principais expressões da questão social, que são objeto de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias, Conhecer o trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias, Reconhecer as possibilidades de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias, Inventariar os limites de intervenção dos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias e Refletir acerca das estratégias que podem ser adotadas pelos Assistentes Sociais que atuam nas instituições do Terceiro Setor existentes no 3º distrito do município de Duque de Caxias, diante dos limites existentes na contemporaneidade.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em uma entrevista semiestruturadas, preenchimento de um roteiro. Os riscos com sua participação nessa pesquisa apresentam se no incômodo em compartilhar informações pessoais ou confidenciais, mas que caso não se sinta à vontade, não necessita responder.

Os benefícios relacionados com a sua participação são a ampliar os estudos acerca da atuação do Assistente Social no Terceiro Setor.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, o método utilizado na elaboração deste estudo será o dialético-crítico, no que tange a proteção e

privacidade desta pesquisa, esclarecemos que os dados relatados serão publicitados no âmbito acadêmico, repassando para a instituição pesquisada o feedback do conteúdo da pesquisa, entretanto de acordo com o Código de Ética do Serviço Social estaremos mantendo o sigilo das informações relacionadas aos participantes envolvidos na entrevista e no roteiro.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis, Ana Paula Teixeira de Oliveira, Diego Rivas, Gabrieli Trintini da Silva, Ivanildo Melquiades da Silva e Lorrany da Silva Saboia no e-mail monografiasocial1@gmail.com e erica.silva@unigranrio.edu.br ou no telefone (021) 98789-7394 (Ana Paula), (021) 96454-6071 (Erica), (021) 99170-8571 (Gabrieli), (021) 99229-5809 (Ivanildo) e (021) 98179-3920 (Lorrany).

Erica Silva	Ana Paula Oliveira	Gabrieli Trintini
Pesquisador Responsável	Pesquisador	Pesquisador
Ivanildo Melquiades	Lorrany Saboia	
Pesquisador	Pesquisador	

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizada na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21).2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2018.

Assistente Social (Carimbo e Assinatura)